

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS - PCE

FELIPE AUGUSTO DE PAULA BENTO

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1947/2015)

MARINGÁ
2016

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1947/2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Florindo Alves

Co-orientador: Prof. Dr. Joaquim Miguel Couto

MARINGÁ
2016

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1947/2015)

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Título de **Mestre em Economia**, no Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2016.

Profa. Dra. Marina Silva Cunha

Coordenadora do Curso

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Florindo Alves (UEM)

Orientador

Prof. Dr. Joaquim Miguel Couto (UEM)

Co-orientador

Prof. Dr. Ronaldo Bulhões

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Lima Couto

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá: aos professores, colegas de graduação e aos funcionários.

Sou especialmente grato ao co-orientador deste trabalho, professor Dr. Joaquim Miguel Couto, ao meu orientador, professor Dr. Alexandre Florindo Alves e aos professores membros da banca examinadora desta dissertação.

Quero agradecer ao suporte incondicional da minha família: minha mãe, Suzelei Missias de Paula, minha namorada, Isabella Carolina de França Martins, meus avós, Leôncio de Paula Neto e Eloá Lúcia de Paula, aos meus tios, Antônio Carlos Bento e Wilson Kuritza, minhas tias, Maria de Lurdes Mesquita Bento e Sara de Paula Kuritza que sempre me incentivaram e me inspiraram.

Obrigado a aqueles amigos que chamo de irmãos, que nunca me abandonaram e me acompanharão por toda a vida.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

RESUMO

A indústria de transformação brasileira vem reduzindo sua produção nos últimos anos. Além da perda do mercado externo, a indústria brasileira vem perdendo parte do mercado interno. O objetivo deste trabalho é estudar o processo de industrialização e desindustrialização brasileira ocorrida, respectivamente, entre os anos de 1947 e 1987 e de 1987 e 2015. Para abordar o assunto, utilizaram-se três análises: 1) participação da indústria de transformação na composição do PIB; 2) taxa de crescimento da indústria de transformação em comparação com a taxa de crescimento do PIB; 3) participação das manufaturas na composição das exportações. Foi possível observar, por meio da análise dos dados, que a industrialização é um fato no Brasil desde a segunda metade da década de 1940 até o final da década de 1980. A indústria de transformação passou de 19,89% do PIB para 33,35%. A taxa média anual de crescimento da indústria foi 0,75% maior que a taxa do PIB de 1947 a 1987. A desindustrialização, por sua vez, apresentou seus primeiros sinais a partir da segunda metade da década de 1980, tendo o ano de 1987 como um marco de seu início. A participação do setor manufatureiro diminuiu de 15,3% para 11,4% de 2000 a 2015, enquanto sua taxa de crescimento foi 1,62 pontos percentuais menor que a do PIB. Os dados mostram um processo inverso ao da industrialização a partir de 1987. No entanto, há ressalvas a respeito dos dados utilizados e da natureza deste fenômeno. O debate da desindustrialização necessita de maior atenção.

Palavras-chave: Industrialização; Desindustrialização, Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The Brazilian manufacturing industry has been reducing its production in recent years. Besides the loss of foreign markets, the Brazilian industry is losing domestic market share. The objective of this work is to study the process of industrialization and Brazilian deindustrialization occurred, respectively, between 1947 and 1987, and 1987 and 2015. To address the issue, there will be used three tests: 1) share of the manufacturing industry in the composition of GDP; 2) growth rate of the manufacturing industry compared to the GDP growth rate; 3) share of manufactures in the composition of exports. By data analyses, it has concluded that industrialization is a fact in Brazil since the mid-1940s to the late 1980. The manufacturing industry increased from 25.97% of GDP to 47, 97%. The average annual rate of growth of the industry was 0.75% higher than the rate of GDP from 1947 to 1987. The deindustrialization, in turn, presented its first signals from the second half of the 1980s, 1987 was a landmark of the beginning. The share of the manufacturing sector decreased from 15.3% to 11.4% from 2000 to 2015, while its growth rate was 1.62% lower than the GDP. However, there are restrictions concerning the data used and the nature of this phenomenon. The debate deindustrialization needs greater attention.

Keywords: Industrialization; de-industrialization; economic development.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 1: Participação percentual setorial no PIB (1947 – 1990).....	29
GRÁFICO 1: Participação percentual setorial no PIB (1947 - 1990).....	32
TABELA 2: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1948-1990).....	33
GRÁFICO 2: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1948-1990).....	35
TABELA 3: Participação percentual por fator agregado no valor total das exportações (1964-1990)	36
GRÁFICO 3: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (1964-1990).....	37
TABELA 4: Brasil - Evolução das alíquotas nominais de importação (1983/2015).....	49
TABELA 5: Participação percentual setorial no PIB (1985/1999).....	50
TABELA 6: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1984/1999).....	51
TABELA 7: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (1985/1999)	52
GRÁFICO 4: Brasil - Evolução das alíquotas nominais de importação (1983 a 2014).....	54
TABELA 8: Taxa média de câmbio anual e IPCA (1994/2015).....	57
TABELA 9: Participação percentual setorial no PIB (2000/2015).....	58
TABELA 10: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (2000/2015).....	60
TABELA 11: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (2000/2015).....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	12
1.1 O CAMINHO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	12
1.2 O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1947-1987)	28
2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1987 – 2015)	39
2.1 A IDEIA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	39
2.2 O INÍCIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (SEGUNDA METADE DOS ANOS 1980)	47
2.3 O GOVERNO COLLOR-ITAMAR E A QUEDA DA INDÚSTRIA (1990/1994)	53
2.4 A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO CAMBIAL DO GOVERNO FHC (1995-1999)	55
2.5 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NOS ANOS 2000 (2000-2015)	58
2.6 A CONTRADIÇÃO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO	62
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

A industrialização é um meio para atingir o desenvolvimento econômico. Sua importância manifesta-se por intermédio da transformação que pode causar na estrutura produtiva dos países menos desenvolvidos, da redução da dependência externa, da ampliação dos benefícios do progresso técnico e da redução do desemprego.

No ano de 1949, no texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” (PREBISCH, 2000a), Prebisch apresentou ideias que fariam parte da gênese do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Na defesa da industrialização, questionou a validade da divisão internacional do trabalho, que defendia uma tendência de queda dos preços dos produtos manufaturados conforme ganhos de produtividade fossem observados. Desta maneira, o progresso técnico seria distribuído dos centros para a periferia, cujos produtos primários ganhariam poder de compra.

Uma análise histórica dos preços dos produtos primários mostrava que tal tendência não se observava, uma vez que ocorria deterioração destes preços em relação aos dos produtos manufaturados. Dentre outros motivos, a deterioração dos preços dos produtos primários, que se mostravam muito mais vulneráveis do que os produtos manufaturados aos movimentos cíclicos da economia, causavam desequilíbrios no balanço de pagamentos. A industrialização da América Latina, por intermédio do processo de substituição de importações, seria o melhor caminho de amenizar o desequilíbrio externo.

Outro argumento para a importância da indústria encontra-se em sua relação com o crescimento econômico. Quando comparada aos demais setores, a indústria mostra-se mais dinâmica, uma vez que possui maiores ganhos de produtividade, remuneração de fatores de produção, efeitos de transbordamento e incorporação de avanços tecnológicos e inovação. A literatura constata que o aumento no nível de renda *per capita* dos países está associado ao aumento da participação da indústria no produto interno bruto (VIEIRA, 2014).

Contrapondo-se à industrialização, existe o processo de desindustrialização. Segundo a literatura específica do tema, a desindustrialização é a queda persistente na produção e/ou no emprego industrial com respeito a produção e emprego totais, respectivamente, bem como, a deterioração do comércio internacional da indústria de transformação (ROWTHORN e RAMASWANY, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2010; OREIRO e FEIJÓ, 2010). No caso de países subdesenvolvidos, como o Brasil, as indústrias passam a crescer a taxas reduzidas, diminuindo sua participação na produção mundial, levando a queda nas taxas de investimento, estagnação da

produtividade, perda da competitividade externa e interna e redução da participação das manufaturas nas exportações (CANO, 2014).

Na discussão a respeito das causas da desindustrialização, em primeiro lugar, observa-se desindustrialização quando ocorre uma mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Tal processo estaria ligado diretamente ao desenvolvimento econômico e ocorreria naturalmente em todas as economias após certo nível de renda per capita. Outro caso de desindustrialização é denominado “doença holandesa” ou desindustrialização precoce. Tal ocorrência se deve à abundância de recursos naturais, que induz uma redução da indústria no emprego e no valor adicionado devido à apreciação cambial, acarretando na perda de competitividade da indústria e déficit comercial crescente da mesma (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Na literatura econômica brasileira, utilizou-se a taxa de crescimento da indústria, a participação da indústria no produto e a pauta de exportação para definir o processo de industrialização. Alguns acreditam que a desindustrialização é definida em termos de participação do emprego e outros que é melhor definida como a queda da participação das manufaturas no produto total da economia. Este questionamento tem importância tanto na economia quanto na política, pois ajuda a definir como será a reação dos formuladores de política a respeito do fenômeno. Parte da falta de consenso a respeito da natureza do processo de desindustrialização no Brasil deve-se aos diferentes meios de abordagem do tema. Nesse sentido, este trabalho busca a resposta para a pergunta: “Ocorreu desindustrialização no Brasil, considerando os mesmos critérios que caracterizaram a industrialização?”. A hipótese é de que, apesar da inexistência de um consenso sobre a ocorrência do fenômeno no país, a utilização dos critérios já citados irá evidenciar uma situação oposta à denominada de industrialização.

Sendo assim, espera-se contribuir com a literatura ao buscar, como objetivo geral deste trabalho, definir se ocorreu desindustrialização no Brasil de forma coerente com os critérios que definem a industrialização. Para alcançar este objetivo, serão analisadas as variáveis citadas no parágrafo anterior de 1947 até 2015. Desta forma, é objetivo específico deste trabalho determinar em qual intervalo ocorreu a industrialização e se ocorreu desindustrialização no intervalo seguinte.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos, além desta Introdução. O Capítulo 1 encontra-se dividido em duas partes. No item 1.1, intitulado de “O caminho da industrialização”, é contextualizado, segundo Prebisch (2000a, 2000b e 2000c), a importância da indústria para o desenvolvimento dos países da América Latina. Além disso, apresenta-se a referência da literatura de Tavares (2000) e Fishlow (1977) a respeito do referido setor na economia brasileira. No item 1.2,

intitulado de “O modelo de substituição de importações (1947-1987)”, é estudado o caso brasileiro de acordo com a seguinte metodologia: 1. Análise da participação dos setores no PIB (1947-1990); 2. Comparação da taxa de crescimento do PIB com a taxa de crescimento da indústria (1947-1990); e 3. Participação das manufaturas no total das exportações (1947-1990).

O capítulo 2, intitulado “O processo de desindustrialização no Brasil (1987-2015)”, está dividido em cinco partes. No item 2.1, “A ideia da desindustrialização”, o fenômeno é estudado utilizando a literatura de Cano (2014), Rowthorn e Wells (1987), Rowthorn e Ramaswany (1999) e Tregenna (2009). No item 2.2, “O Início da desindustrialização brasileira (segunda metade dos anos 1980)” é investigado o ponto de origem do fenômeno da desindustrialização no caso do Brasil. No item 2.3, “O governo Collor-Itamar e a queda da indústria (1990/1994)”, inicia-se a análise dos indicadores de participação setorial, taxa de crescimento da indústria e exportações no período de 1990 a 1994. Nos itens 2.4, “A política de valorização cambial do governo FHC (1995-1999)” e 2.5, “A desindustrialização nos anos 2000 (2000-2015)”, é dada continuidade ao estudo dos referidos indicadores. Para encerrar o trabalho, serão apresentadas as Considerações Finais.

1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

1.1 O CAMINHO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A formulação teórica que justifica a industrialização da América Latina, ocorrida entre 1930 e 1948, e seu prosseguimento para os anos vindouros, foi elaborada pelo economista argentino Raúl Prebisch, numa série de três textos publicados sob a égide da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Em seu primeiro trabalho sobre o tema, intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina”, de 1949, Prebisch (2000a) discutiu a forma como os termos de intercâmbio se deterioraram nos países latinos.

O papel da América Latina, até sua industrialização, em 1930, limitava-se ao de fornecedor de matérias primas aos países centrais (produtores de manufaturas). A organização das nações entre países centrais e periféricos foi resultado da divisão internacional do trabalho. O suporte principal a este arranjo foi a premissa de que, “[...] o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda.” (PREBISCH, 2000a, p. 71). No entanto, segundo a análise de Prebisch (2000a), esta premissa somente se observava verdadeira se por coletividade entende-se o conjunto de grandes países industrializados. Quando se consideravam todos os países, inclusive a periferia da economia mundial, o conceito mostrou-se errôneo.

As acentuadas diferenças nos padrões de vida na periferia e dos centros, bem como o desequilíbrio no poder de capitalização são algumas das evidências de que existia um desequilíbrio na distribuição do progresso técnico. A premissa básica da divisão internacional do trabalho não se observou na realidade. Daí advém a necessidade de industrialização dos novos países. Segundo Prebisch (2000a), ela não devia constituir um fim, mas um meio de captar o fruto do progresso tecnológico e elevar gradativamente o padrão de vida nas periferias. O autor afirmou que é necessário um enorme acúmulo de capital para elevar a qualidade de vida das massas.

A escassez do capital, somada a sua grande procura, constituiu a necessidade de restringir sua aplicação a um critério de rigorosa eficácia (PREBISCH, 2000a). Se a industrialização tinha como objetivo obter autossuficiência, qualquer indústria que substitua as importações do país era aceitável. No entanto, segundo Prebisch (2000a), quando o objetivo da industrialização fosse o aumento do bem-estar das massas, era necessário estar vigilante à diferença de produtividade entre a periferia e o país central. Porém, a industrialização tornou-se uma necessidade inegável:

Em épocas passadas, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram ao serem impulsionados, de fora para dentro, pelo crescimento persistente das exportações. Nada nos autoriza a supor, pelo menos por enquanto, que esse fenômeno venha a se repetir com intensidade análoga, a não ser em casos muito particulares. Já não existe a alternativa entre continuar crescendo dessa maneira, vigorosamente, ou crescer para dentro, através da industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescimento (PREBISCH, 2000a, p. 78).

Um dos obstáculos a formação de capital nas periferias, para Prebisch (2000a), era a propagação das flutuações cíclicas. Os ciclos econômicos serão discutidos a seguir. O progresso técnico, segundo Prebisch (2000a), foi mais acentuado na indústria do que na produção primária da periferia. Se a queda dos preços fosse pareada aos ganhos de produtividade, os produtos primários teriam tido uma queda menor e a diferença em relação dos preços teria se aproximado. A industrialização não seria necessária se isso fosse verdade:

Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria tido um profundo significado. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Desse modo, os frutos do progresso técnico ter-se-iam distribuído equitativamente no mundo inteiro, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhum benefício econômico em sua industrialização. Antes, haveria uma perda efetiva, enquanto não se alcançasse uma eficiência produtiva igual à dos países industrializados (PREBISCH, 2000a, p. 81).

O crescimento capitalista se dava na forma de ciclos econômicos. Segundo Prebisch (2000a), o aumento da produtividade era um fato primordial do crescimento econômico. No processo cíclico, finalmente, havia uma diferença constante entre a demanda e a oferta global de bens de consumo nos centros cíclicos. Constituía uma fase ascendente o período em que a demanda global supera a oferta. A fase descendente caracterizava-se pelo inverso. O lucro era o mecanismo de ajuste deste modelo:

O volume e as variações do lucro estão intimamente ligados a essa disparidade. O lucro aumenta na fase ascendente e, com isso, tende a corrigir o excesso de

demanda através da alta dos preços, e diminui na descendente, com isso tendendo a corrigir o excesso de oferta pela baixa dos preços (PREBISCH, 2000a, p. 86).

A transferência do lucro ocorria do centro para a periferia pela alta dos preços. “Quanto maiores são a concorrência e o tempo necessário para aumentar a produção primária, em relação ao tempo das outras etapas do processo produtivo, e quanto menores são os estoques acumulados, tanto maior é a proporção do lucro que vai sendo transferido para a periferia.” (PREBISCH, 2000a, p. 86). Na fase ascendente, os preços primários tendiam a subir mais do que os preços finais, devido à grande transferência de lucros para a periferia. E o que explicava a disparidade entre a renda do centro e a renda da periferia?

O lucro crescia na fase ascendente e diminuía na descendente. Se estes movimentos de dilatação e contração ocorressem na mesma magnitude, não haveria diferença na transferência de renda. No entanto, não foi esta a realidade observada. Na fase ascendente, parte do aumento dos lucros se tornou aumento salarial, devido à concorrência entre os empresários e a pressão dos grupos de defesa trabalhista. Na fase descendente, em que o lucro devia diminuir, a parte que se transformou em ganhos salariais se tornou rígida para baixo, graças à força de negociação dos líderes sindicais e das demais instituições de defesa trabalhista. A pressão deslocava-se, segundo Prebisch (2000a), para a periferia:

[...] com força maior do que a naturalmente exercível, pelo fato de não serem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia. A desorganização característica das massas trabalhadoras na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede as de conseguirem aumentos salariais comparáveis com os que vigoram nos países industrializados, ou de mantê-los com amplitude similar. A contração da renda — seja ela sob a forma de lucros ou salários —, portanto, é menos difícil na periferia (PREBISCH, 2000a, p. 87).

Mesmo que a periferia adquirisse a mesma rigidez nos salários dos centros, a pressão exercida sob a periferia só aumentaria. Segundo Prebisch (2000a), se o lucro da periferia não se contraísse para corrigir a diferença entre oferta e demanda dos centros cíclicos, nestes ocorreria ocorrer a acumulação de estoque de mercadorias e contração da produção industrial. A consequência disso seria a contração da demanda por produtos primários. Essa diminuição, segundo Prebisch (2000a) teria a intensidade necessária para contrair a renda do setor primário. A dinâmica

do ajuste da renda nos ciclos econômicos, para o autor, era a explicação para a disparidade entre centro e periferia:

Nos centros cíclicos, a maior capacidade que têm as massas de conseguir aumentos salariais na fase ascendente e de defender seu padrão de vida na descendente, bem como a capacidade que têm esses centros, pelo papel que desempenham no processo produtivo, de deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando-a a contrair sua renda mais acentuadamente do que nos centros, explicam por que a renda destes últimos tende sistematicamente a subir com mais intensidade do que nos países da periferia, como fica patenteado pela experiência da América Latina. Nisso está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais não apenas preservam para si o fruto da aplicação das inovações técnicas a sua própria economia, como também ficam numa posição favorável para captar uma parte do fruto que surge no progresso técnico da periferia. (PREBISH, 2000a, p. 87-88).

No segundo texto de Raúl Prebisch, intitulado “Estudo econômico da América Latina, 1949”, o autor continuou a investigar a deterioração dos termos de troca. Segundo o autor, este é um fenômeno que “[...] se explica pela relativa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo vai absorvendo o excedente real ou potencial da população ativa dedicada às atividades primárias” (PREBISCH, 2000b, p. 142). A redução da população empregada em atividades primárias ocorreu em decorrência do progresso técnico. A abundância relativa de capital humano, segundo Prebisch (2000b), tendia a pressionar os salários e preços dos produtos primários, impedindo a periferia de compartilhar com os centros industrializados o progresso tecnológico obtido por estes. Segundo Prebisch (2000b), os preços industriais diminuiriam mais intensamente do que os primários, graças ao aumento da produtividade superior da indústria. Mas esta é uma realidade que só se observava se os preços refletissem o menor custo que o progresso técnico proporciona. Na prática, os resultados eram contraditórios a esta premissa.

A periferia cedia parte de seu próprio progresso técnico ao centro. A intensidade dessa cessão dependia do crescimento da população primária e da demanda por bens primários nos centros industrializados. Quando a demanda crescia mais que a população, diminuía a cessão e era possível que os centros transferissem parte do fruto de seu próprio progresso tecnológico para a periferia (PREBISCH, 2000b). Nos casos em que a demanda dos centros industrializados crescia menos que a população primária ou demorava a se recuperar de uma recessão, a periferia sofria uma piora na relação de preços e ocorria a transferência do fruto de seu progresso ao centro.

De fato, a industrialização conferia uma vantagem dinâmica sobre os países não industrializados. A posição da indústria à montante do processo produtivo, por si só, já constituía uma vantagem. Ora, se os empresários da indústria aumentavam sua produção, a demanda por produtos primários crescia, instigando a produção dos produtores primários. No entanto, o aumento espontâneo da produção primária não causa a elevação da demanda industrial para absorver este excedente (PREBISCH, 2000b). Esse fato constitui uma vulnerabilidade da periferia:

[...] quando não existe correspondência entre um aumento da produção periférica, proveniente do crescimento da população ou do maior progresso técnico, e um aumento igual da demanda de produtos primários do centro, debilita-se a posição em que se encontra a periferia para resistir à pressão das forças que tendem a lhe retirar uma parte do fruto de sua própria produtividade (PREBISCH, 2000b, p. 147).

Os centros influenciavam indiretamente a quantidade de população periférica empregada. Uma vez que os centros absorveram seu próprio excedente de mão de obra da produção primária e também os trabalhadores de que essa produção necessitava para atender ao aumento da demanda industrial, os centros passavam a importar da periferia maiores proporções de produtos primários visando atender suas próprias necessidades. Nota-se que o emprego da população primária era um fator importante para a determinação da cessação do fruto do progresso técnico periférico, mas também sofria grande influência dos centros.

Nos ciclos econômicos, “[...] as relações de preços deslocam-se em favor dos produtos primários, nas fases crescentes; mas em geral, nas fases decrescentes, perdem mais do que tinham ganhado durante o curso das primeiras.” (PREBISCH, 2000b, p. 157). Assim, a cada depressão, os termos de troca agravam-se. Como discutido anteriormente, na fase crescente, a produtividade e os preços costumavam subir e os lucros aumentavam. No entanto, os salários não partilhavam imediatamente destes ganhos de produtividade. Como observado por Prebisch (2000b), os preços costumavam subir mais do que os salários. O fruto do progresso técnico ficava nas mãos dos empresários. É na fase crescente que o fruto se transferia para os salários:

[...] com efeito, estes caem em menor grau do que os preços, com isso se estabelece para eles uma relação mais favorável, a qual é cada vez mais aproveitada, à medida que uma nova fase de prosperidade vai absorvendo o desemprego característico da queda cíclica. Em outras palavras, os salários só perdem na depressão uma parte do

que haviam ganhado na prosperidade, e com isso vão captando o fruto do progresso técnico (PREBISCH, 2000b, p. 158).

Assim, depois de um período de depressão, se o aumento das receitas do centro correspondesse ao aumento da produção como resultado da maior produtividade, o fruto permanecia nos centros e a periferia não ganharia nenhuma participação. Se o aumento da renda dos centros fosse maior do que o aumento da produção, a periferia teria tido que transferir parte de seu próprio ganho de produtividade para os centros, cedendo parte de sua renda real (PREBISCH, 2000b). E quais são as forças que permitem aos centros pressionarem a periferia e reterem o fruto do seu progresso técnico?

Durante a crescente cíclica, a demanda de produtos finais nos centros é superior à oferta; há, portanto, um excesso de demanda, o que aumenta o lucro dos empresários e suscita também outros fenômenos; esses fenômenos, nos quais a periferia desempenha uma função importante, acabam por transformar o excesso de demanda numa insuficiência e, com isso, provocam a minguante cíclica, na qual a demanda mostra-se inferior ao valor de oferta da produção final. E, uma vez que esse valor de oferta, ampliado pelo aumento anterior dos lucros nas diversas etapas do processo produtivo, não é fácil de reduzir através da queda dos preços, acumulam-se nessas diferentes etapas estoques de produtos finais, que não transitoriamente invendáveis (PREBISCH, 2000b, p. 159).

A redução do valor da oferta, se análogo ao aumento dos lucros e dos salários, proporcionaria apropriação equivalente dos frutos do progresso técnico entre periferia e centro. No entanto, o acúmulo de estoques excedentes, durante a fase minguante do ciclo econômico, reduzia a demanda dos produtores destes produtos por bens utilizados em seu processo produtivo. Esta redução da demanda ocorreria progressivamente no decorrer de toda cadeia produtiva até chegar nos empresários da produção primária (PREBISCH, 2000b). Além disso, a resistência à queda salarial dos centros faz com que, na fase minguante, a redução da oferta tivesse maior rigidez para baixo e ocorresse um acúmulo ainda maior de estoques. Portanto, “[...] quanto mais estoques se acumulam, tanto mais se restringe a produção e, portanto, a demanda de produtos primários, e mais se reduzem os preços destes últimos.” (PREBISCH, 2000b, p. 160).

No entanto, a debilidade da demanda também impedia a periferia de usufruir das vantagens da produção em larga escala, além da escassez de capital e a falta de habilidade para manejá-lo (PREBISCH, 2000b). A demanda dos países da América Latina era baixa, pois a produtividade era

pequena. A elevação da renda nos centros deveria ter causado um aumento na renda e consequente crescimento da demanda na periferia, assim como ocorreu internamente nos países onde a industrialização se originou. A elevação da renda se propagou para todas as regiões do país. Os aumentos de produtividade nas regiões industriais irradiavam para as regiões de produção primária, elevando a capacidade de demanda de forma geral:

O mesmo se poderia dizer da capacidade de poupança [e aumentar a demanda], e, como ambas as capacidades são elementos essenciais do desenvolvimento industrial, não é de se surpreender que a indústria não tenha ficado circunscrita a suas regiões de origem, mas tenha-se estendido progressivamente em diversas direções, com o correr do tempo (PREBISCH, 2000b, p. 165).

Se fosse possível às regiões de origem se apropriar do progresso técnico com maior intensidade, a renda e a capacidade de consumo e poupança do resto do país teriam mantido um patamar inferior. Esta relação se observa nas periferias, onde o fruto do progresso encontrava obstáculos para se distribuir. Novamente, a industrialização parecia ser o mecanismo para atenuar as diferenças e potencializar a demanda nas periferias, como afirmou Prebisch (2000c) em seu terceiro texto intitulado “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”:

Se as novas formas de produção contribuem dessa maneira para diminuir a intensidade com que são empregados os produtos primários, algumas transformações que o progresso técnico provocou nas formas de consumo tendem para esse mesmo caminho. Assim, as inovações técnicas foram o fator dinâmico que provocou as mudanças mais notáveis na demanda. Afora isso, entretanto, o aumento da produtividade e da renda *per capita* que elas trouxeram consigo permitiu que a demanda buscasse novas formas de satisfação das necessidades (PREBISCH, 2000c, p. 183).

O terceiro texto de Raúl Prebisch apresentou novos conceitos e os agregou ao corpo de sua teoria. Em Prebisch (2000c), a eliminação do desequilíbrio externo é um fator indispensável para alcançar o crescimento econômico de forma regular e ordeira. Segundo o autor, o progresso técnico causou a redução da importância dos produtos primários na composição do valor dos produtos finais, especialmente nos centros industrializados. Em outras palavras, a participação dos produtos primários na renda real caiu. Como citado acima, as inovações técnicas causaram mudanças mais notáveis na demanda.

Fora a questão da demanda, Prebisch (2000c) atentou ao fato de que os incrementos na produtividade dos países centrais se manifestaram também na sua atividade primária. Assim, a periferia sofreu concorrência com o produto básico central. Além do próprio ganho de produtividade, o protecionismo também é uma fonte de competitividade. Esses, entre outros fatores, são motivos para que as importações de produtos primários cresçam menos do que a renda real dos centros. A industrialização constituiu, portanto, um mecanismo necessário ao crescimento econômico, pois permitia aos países periféricos crescerem a um ritmo maior do que o das exportações primárias:

A industrialização absorve uma parte da população disponível e contribui para que uma outra parte seja absorvida em atividades correlatas, como os transportes e o comércio, que se desenvolvem paralelamente a ela. Além disso, o aumento da produtividade média em que se manifesta o processo de industrialização, juntamente com o aumento de produtividade determinado pelo aperfeiçoamento das técnicas na produção primária, eleva a renda *per capita* e traz consigo uma demanda crescente de serviços, com o que surgem novas fontes de ocupação (PREBISCH, 2000c, p. 185).

Aliado ao crescimento da renda *per capita*, a demanda por bens industrializados crescia mais intensamente do que a demanda por bens básicos. Além disso, “Para aumentar sua renda real, os países periféricos precisam importar bens de capital cuja demanda cresce pelo menos proporcionalmente à citada renda [...]” (PREBISCH, 2000c, p. 185). Adicionalmente, a elevação do padrão de vida causava o crescimento da demanda por importações de grande elasticidade. Com o objetivo de conseguir o máximo de renda real, a industrialização era uma ferramenta poderosa, pois ajudava a absorver o excedente da população desempregada (fruto do crescimento ou do deslocamento de outras atividades), ajudava também a suprir às necessidades por bens manufaturados, dada a capacidade limitada de importação.

Dois problemas principais se manifestavam quando se buscava pela maximização da renda real. Primeiro, era necessário determinar a alocação dos fatores entre exportações (com a finalidade de gerar divisas para a importação) e a produção para consumo interno. Segundo, a decisão entre o que produzir internamente e o que importar (PREBISCH, 2000c). O problema do primeiro dilema era que o volume das exportações não é arbitrário. Sua demanda possuía baixa elasticidade-preço, fazendo com que o aumento da produção, desacompanhado do aumento da renda real dos centros, significasse uma queda nos preços e até mesmo a queda do valor das exportações:

O volume total de exportações primárias depende primordialmente do nível de renda dos centros industrializados, do estado da técnica produtiva, da composição da demanda e do grau de protecionismo. Os preços dessas exportações, em relação aos dos artigos manufaturados, parecem exercer, em geral, uma influência secundária no volume de exportações: eles influem mais na produção da renda que os centros industrializados dedicam à aquisição de produtos primários (PREBISCH, 2000c, p. 189).

Dadas as circunstâncias, se existisse excedente de mão de obra, por exemplo, a decisão da periferia deveria estar entre empregar seus fatores produtivos excedentes na exportação para obter importações ou de aumentar a produção para o consumo interno. Se os bens importados tinham custos menores, dada a maior produtividade do centro, havia uma tendência a assumir que o melhor para a periferia era importar. No entanto, como já foi discutido, o aumento da oferta de bens primários, dada a elasticidade-preço de sua demanda, faz com que o preço das exportações caia, significando, muitas vezes, a obtenção de um valor menor do que o anterior à expansão da oferta. Assim, mesmo que a produção interna tivesse custos maiores do que a dos bens importados, compensaria à periferia substituir estas importações:

[...] considerados os fatores que determinam a demanda de produtos primários nos centros industrializados e a escassa mobilidade internacional dos fatores produtivos, poderia ser conveniente para um país periférico empregar seu aumento de potencial humano na produção interna, mesmo que seu custo de produção fosse superior ao dos artigos concorrentes importados. [...] é vantajoso para a economia produzir por preços relativos elevados, em vez de deixar de utilizar fatores produtivos ou de utilizá-los de formas que deprimam a relação dos preços de intercâmbio e, através desses, a capacidade de importação. (PREBISCH, 2000c, p. 192-193).

A conclusão a ser tirada destes fatos é que, mesmo a custos maiores, a produção interna significava a obtenção de mais bens para os países periféricos. E, conseqüentemente, quanto mais se aproximava a produtividade da periferia a do centro, mais vantajosa seria essa solução. Caberia aos planejadores da política econômica decidirem sobre quais setores trariam maiores vantagens ao desenvolvimento dos países não industriais. Este é o segundo dilema da industrialização. Deveria ser feito um balanço comparativo do produto social gerado por cada produção. Também teriam que considerar que, algumas produções, mesmo que tenham menor produtividade em relação às outras,

sejam convenientes pois diminuem a vulnerabilidade aos ciclos econômicos e contingências externas (PREBISCH, 2000c):

Se o mesmo capital exigido pela indústria siderúrgica trouxer uma produtividade superior ao de outras produções substitutas de importações, seu desenvolvimento será econômico, mesmo que seu custo seja mais alto que o do produto estrangeiro. Ele poderá ser alto, mas não tanto quanto noutros casos, considerado o nível médio de produtividade do país (PREBISCH, 2000c, p. 195).

Prebisch (2000c), apontou em seu texto que havia uma tendência ao desequilíbrio externo se não ocorre o ajuste das importações às novas necessidades de demanda decorrentes do crescimento da renda. O progresso técnico elevava a renda global e, quando não havia o desenvolvimento da produção substitutiva interna, outras importações que proporcionariam novos impulsos de crescimento (novos bens de capital por exemplo) acabavam se inviabilizando. Para Prebisch (2000c), não havia espontaneidade na periferia para efetuar tal ajuste:

[...] no sistema econômico da periferia, não se percebe nenhum mecanismo que realize espontaneamente o reajuste das importações para prevenir esses desequilíbrios. Sendo assim, à medida que a renda aumenta com mais intensidade do que as exportações e a capacidade de importar, desenvolve-se a tendência persistente ao desequilíbrio externo [...] (PREBISCH, 2000c, p. 196).

O excesso de importações, resultado da falta de um mecanismo espontâneo de reajuste, implicava necessariamente desequilíbrio. Assim, era necessária uma sistematização da industrialização, com a intenção de prevenir estes possíveis desequilíbrios.

De fato, o processo de industrialização ocorreu na América Latina. Suas causas e consequências foram estudadas por Maria da Conceição Tavares em seu texto chamado: “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. Segundo a autora, na América Latina, o sistema econômico era o primário-exportador.

No sistema primário-exportador, as exportações comportavam-se como a variável responsável pela maior parte da renda nacional. As importações, por outro lado, eram fonte de suprimentos (de bens de consumo a bens de capital). Nos países centrais, as exportações não tinham o papel de motor exclusivo do crescimento econômico. Essa variável se somava ao investimento autônomo e às inovações tecnológicas. Este modelo permitiu diversificação da produção interna e o

aproveitamento das oportunidades que surgiram no mercado externo (TAVARES, 2000). Para os países da América latina, que faziam parte da periferia, a baixa produtividade da indústria interna fazia com que houvesse grande vulnerabilidade ao mercado externo:

[...] O fato de que essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era insuficiente para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dado o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias (TAVARES, 2000, p. 221).

Socialmente, o trabalho era dividido na periferia entre setor interno e externo. Nos centros, essa distinção não existia. Havia a produção sem distinção prévia. O setor exportador possui uma maior concentração de renda. Uma parcela pequena de sua produção era consumida no mercado interno. O setor interno, que possuía baixa produtividade, atendia a necessidades básicas da população. O resultado deste sistema era a extrema desigualdade social e precária distribuição de renda:

[...] A alta concentração de propriedade dos recursos naturais e do capital, sobretudo no setor mais produtivo, o exportador, dava lugar a uma distribuição de renda extremamente desigual. Assim, se bem o grosso da população auferia níveis de renda muito baixos, que praticamente o colocava à margem dos mercados monetários, as classes de altas rendas apresentam níveis e padrões de consumo similares aos dos grandes centros europeus e em grande parte atendidos por importações (TAVARES, 2000, p. 222).

As sucessivas crises vividas na América Latina entre 1914 e 1945, sobretudo a crise de 1929, foram responsáveis pela ruptura do sistema primário-exportador. A transição ocorreu como uma resposta ao quadro internacional. O desequilíbrio externo levou as economias latinas a defenderem seus mercados internos com restrições às importações, elevações das taxas de câmbio e compra de excedentes e financiamentos de estoque (TAVARES, 2000).

A importância das exportações como principal determinante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável endógena do investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento (TAVARES, 2000, p. 224).

A partir desta ruptura, o setor externo mudou seu papel. Ao invés de ser responsável pelo crescimento da renda dos países periféricos, passou a ser fornecedor de equipamentos e bens intermediários. Desta forma, foi possível manter taxas razoáveis de investimento em meio a estagnação. No entanto, a industrialização não significou, necessariamente, uma mudança profunda na divisão internacional do trabalho:

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 2000, p. 225).

O processo de substituição de importações e a formulação de um novo esquema de divisão internacional do trabalho que permearam as discussões no passado focaram no crescimento dos países subdesenvolvidos com o reforço e diversificação do comércio exterior. No entanto, para Tavares (2000), a industrialização não foi acompanhada pelas mudanças na divisão internacional do trabalho. No que se refere às especializações das economias no intercâmbio mundial, não houve mudança.

Era de grande importância, segundo Tavares (2000), que o processo de industrialização tivesse início o mais cedo possível, pois permitiria maior independência das restrições internas ao processo de desenvolvimento interno. No modelo de substituição de importações, segundo a autora, é quase impossível industrializar-se partindo da base da pirâmide produtiva (bens de consumo pouco elaborados). “É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o ‘edifício’ seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período” (TAVARES, 2000, p. 235).

A orientação do processo de substituição, para Tavares (2000), se daria, então, progressivamente. Primeiro, as novas linhas produtivas deveriam ser escolhidas de acordo com a demanda interna, substituindo os itens de consumo terminados. Essa mudança seria acompanhada pela reorganização das importações, que passariam a ser compostas por produtos intermediários. Posteriormente, no entanto, as mudanças na pauta de importações deveriam ocorrer simultaneamente, sem grandes alterações na posição relativa dos grupos (bens de consumo, produtos intermediários e bens de capital).

A escolha das faixas de substituição constituía uma dificuldade ao processo de substituição de importações. É claro que a demanda interna num momento estático não deveria ser um parâmetro fixo para a decisão. É pressuposto, desta forma, que os investimentos seriam feitos de acordo com a demanda presente ou pela capacidade de previsão do Estado e os empresários inovadores (TAVARES, 2000).

Albert Fishlow (1977), explorou em seu texto, intitulado “Origens e consequências da substituição de importações no Brasil”, três proposições: 1. A substituição de importações teve início na década de 1890 como consequência de finanças inflacionárias e não proteção tarifária; 2. O processo ocorrido no período da I Guerra Mundial teve maior intensidade devido aos impulsos na demanda e, apesar de não ter gerado grande aumento na capacidade produtiva, gerou lucros que foram convertidos em investimento; 3. O impulso da Grande Depressão foi importante tanto para maior taxa de crescimento quanto para maior variedade de bens produzidos internamente, mas representou substituição tecnologicamente inferior.

Segundo Fishlow (1977), antes dos anos 1950, as tarifas e demais instrumentos de políticas públicas não foram eficientes para provocar a substituição de importações. A industrialização no Brasil ocorreu de forma casual e impulsionada por fatores exógenos. Os estímulos externos à demanda interna não afetaram a oferta da mesma forma, fazendo com que fossem obtidas altas taxas de crescimento sem altas taxas de produtividade ou transferência tecnológica correspondente.

No final do século XIX, os componentes do setor industrial brasileiro de maior importância eram os têxteis e os alimentícios. O processamento de insumos agrícolas foi a base para a evolução das manufaturas domésticas. Neste contexto, a substituição de importações não possuía grande importância. Apesar de ter ocorrido a substituição da importação de produtos como banha de porco e manteiga, não houve impacto significativo na produção industrial (FISHLOW, 1977).

Para Fishlow (1977), tecidos de algodão foram os primeiros a representarem grandes exemplos de industrialização por substituição de importações. Embora, existissem fábricas desde 1850, a produção brasileira de tecidos de algodão ainda era bastante limitada e representava pouco mais de 10% do consumo nacional. No entanto, vinte anos depois, a produção havia aumentado dez vezes e passou a representar 60% do consumo. No período, ocorreu acentuada expansão da produção interna. Segundo a análise de Fishlow (1977), o impulso de industrialização foi explicado pela substancial redução das importações. O autor ainda afirma que é possível que todo crescimento

da indústria interna do período podia ser explicado pela substituição de importações. No início do século XX, no entanto, as importações tiveram uma recuperação, influenciadas pelo imposto sobre o consumo de têxteis no período de 1999 e 1905. Apesar disso, Fishlow (1977) afirma que a produção interna aumentou sua participação devido ao crescimento do mercado agregado.

A segunda fase do crescimento dirigido pela substituição de importações, segundo Fishlow (1977), ocorreu após a interrupção da I Guerra Mundial, como consequência da redução da oferta externa. Entre 1911-1913 e 1919, o consumo cresceu 1% ao ano, enquanto a produção cresceu 6%. O mercado nacional, ao final da guerra, era atendido predominantemente pela produção interna. O padrão de crescimento atingido por esta fase da substituição de importações ocorreu de forma não planejada e, muitas vezes, contrário à própria política. Após 1893, a taxa de câmbio declinou aceleradamente, tornando as importações mais caras e facilitando o processo de substituição de importações. Os empresários importadores possuíam capacidade empresarial e de investimento, fazendo com que se deslocassem naturalmente a atividade de substituição de importações conforme as mesmas se tornavam desfavoráveis (FISHLOW, 1977).

A substituição de importações, na época, segundo Fishlow (1977), beneficiou-se de custos reais decrescentes e de preços crescentes. Os níveis salariais estavam defasados do custo de vida, desta forma a despesa real por unidade de trabalho pode diminuir. O preço do produto também aumenta mais do que os demais preços. A margem de lucro cresceu e os recursos fluíam em volumes significativos para a indústria doméstica.

As tarifas, que seriam um instrumento direto de política de proteção à atividade industrial, não tiveram um papel de incentivo significativo à substituição de importações, segundo Fishlow (1977). Os valores das tarifas foram convertidos à taxa de câmbio de 1890 e ficaram defasadas com o passar dos anos. A receita aduaneira real passou de 39% do valor das importações em 1890 para 30% em 1985 e 1999. Para Fishlow (1977), o crédito interno, no período do estabelecimento da indústria, pode ter sido mais significativo do que a proteção das tarifas. No ano de 1900, ocorreu um ato que elevou as tarifas de importação. Acompanhada pela valorização da moeda nacional, as taxas ficaram entre 75% e 100% para os produtos têxteis. O novo cenário permitiu um aumento de 30% do valor das receitas em 1900 para 49% em 1906. No entanto, as importações continuavam a se recuperar. Segundo Fishlow (1977), a expansão das importações apesar das tarifas maiores é análoga ao sucesso da substituição de importações apesar da defasagem das tarifas: o câmbio.

Mesmo sofrendo com a competição, os produtores internos resistiram graças a crescente produtividade do setor industrial. A demanda por produtos industriais continuou crescendo, intimamente influenciada pelo setor cafeeiro. No entanto, o papel do setor externo havia mudado. Segundo Fishlow (1977), inicialmente, a capacidade reduzida de importar e do comércio internacional teriam sido críticos para que a indústria se estabelecesse. A partir de 1905, o crescimento do setor externo era determinante para o crescimento da indústria.

No período da I Guerra Mundial, os lucros dos proprietários de fábricas cresceram devido ao aumento dos preços. Os lucros observados em 1916 e 1917 foram uma consequência para que os salários e o preço do algodão não conseguissem acompanhar a ascensão dos produtos têxteis. A acumulação de reservas para compra de equipamentos de capital é outra causa (FISHLOW, 1977). As importações de máquinas mais modernas no início dos anos 19 e o início da produção local no Brasil datam do período posterior a guerra. O estado, neste período, não se mobilizou para proporcionar incentivos a industrialização. A utilização de tarifas, presente nessa época, era insuficiente e incapaz de manter-se contínua e eficaz. O choque causado pela guerra foi o que permitiu utilizar a capacidade ociosa e chegar ao nível de substituição de importações:

Em resumo, pois, a indústria brasileira tinha atingido, por volta de 1919, uma autonomia substancial na produção de bens de consumo. Os alimentos eram protegidos pela tarifa da distância, que trabalhava contra o transporte de produtos processados, e dependia principalmente dos insumos primários da agricultura interna. Os têxteis tinham alcançado a dominação nacional através de um processo em fases de substituição de importações e crescimento da renda, e embora ainda exigissem proteção para competir, mostravam sinais de possível validade. Porém, como um todo, a produção industrial era limitada e não sofisticada (FISHLOW, 1977, p. 19).

Na década de 1920, segundo Fishlow (1977), a propagação da industrialização não foi favorecida. A produção têxtil expandiu até 1922-1923, perdendo espaço para o setor externo no restante da década. Em 1928, as importações já haviam voltado aos níveis anteriores à I Guerra Mundial. Com o aumento dos preços internos, a tarifa de 1900 já se encontrava defasada e não assegurava grande proteção. A indústria estava desacelerando seu ritmo de crescimento devido a baixa proteção, apesar da redução dos custos. Além da erosão das tarifas alfandegárias, o câmbio também contribuía para a queda do mercado interno frente ao mercado externo. A valorização do mil-réis ocorreu devido a política de aperto monetário e a crescente exportação do café.

Na crise de 1929, a indústria doméstica se livrou das dificuldades dos anos 1920. Após sofrer com os demais setores em 1929 e 1931, o produto nacional em 1932 ultrapassou o pico de 1928 e cresceu à taxa de 5,6% ao ano até 1939. A manufatura aumentou a uma taxa de 8,6% enquanto a agricultura cresceu a uma taxa correspondente a metade desta. As importações diminuíram e chegaram, em 1934, a metade da observada em 1929. A substituição de importações nos anos 1930, segundo Fishlow (1977), são explicadas pelo declínio das exportações, controles cambiais (consequência do resultado do setor exportador) e aumento das proteções:

Estes resultados podem ser generalizados: as indústrias que cresceram mais rapidamente durante a Grande Depressão foram dos setores de bens intermediários e de capital. Os setores metalúrgico, de minerais não-metálicos e de papel cresceram muito mais rapidamente do que a indústria como um todo. Os bens de consumo, com exceção dos duráveis, já tinham praticamente completado o processo de substituição. Entre as consequências, estava uma concentração crescente da produção industrial em São Paulo, que já em 1919 havia mostrado um perfil industrial mais orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados. Por volta de 1939 estava assegurada sua posição como centro industrial do país (FISHLOW, 1977, p. 29).

Para Fishlow (1977), não se trata apenas de um rápido crescimento da produção industrial durante a década de 1930. Está implícito no desenvolvimento do setor uma significativa acumulação de capital e/ou mudanças tecnológicas. A substituição de importações que ocorreu na Grande Depressão iniciou uma sofisticada estrutura produtiva. Houve uma mudança na distribuição das importações em decorrência disso. Os produtos que possuíam maior grau de especialização, incapazes de serem substituídos prontamente seriam componentes da pauta de importações. Assim, parcialmente guiado pela política e também pelo próprio mecanismo de preços, foi possível obter importações essenciais para complementar o processo de crescimento (FISHLOW, 1977). O câmbio, segundo o autor, é a causa da substituição nesse período:

Entre 1929 e 1939, enquanto os preços internos aumentavam em menos de um terço, a taxa de câmbio declinava em 132%, representando uma substancial desvalorização real. A maior depreciação ocorreu antes de 1932, após o que o nível de preços internos e a taxa de câmbio moveram-se praticamente juntos. A desvalorização real, como ocorrera tão frequentemente no passado, foi ainda mais decisiva do que as tarifas para alterar os preços relativos em favor da substituição de importações (FISHLOW, 1977, p. 35).

Para Fishlow (1977), a rapidez e a falta de planejamento provocaram uma escassez de capital nos períodos seguintes. A industrialização do Brasil no período da depressão foi prolongada por condições externas e a superprodução do café. A alta dos preços tornou a industrialização atraente para os empresários. No entanto, a limitação a importação gerou uma escassez de capital e a industrialização absorveu grandes insumos de trabalho a salários reais praticamente constantes. No curto prazo, foi uma resposta viável e lucrativa ao cenário. No longo prazo, o sistema perpetuou tecnologias ultrapassadas que já tinham baixa produtividade desde a década de 1920. A industrialização na depressão foi a base para as contradições observadas no Brasil em décadas seguintes.

1.2 O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1947-1987)

O período estudado neste trabalho contempla algumas das mais importantes fases da economia brasileira. Segundo estudiosos como Lessa (1982), o país se encontrava até 1947 em um contexto de industrialização “não intencional”. Tal fase é observada ainda no governo Dutra (1946-1951), onde as decisões eram tomadas considerando os desequilíbrios interno e externo. A industrialização apresenta-se, desta forma, como uma consequência e não como objetivo. Na década de 1950, em especial, a industrialização torna-se “[...] meta social consciente e norteadora da política econômica” (LESSA, 1982, p. 15). Esta mudança teria sido plena no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas (1956-1961). Estes períodos estão apresentados nas Tabelas e gráficos a seguir.

Na Tabela 1, encontram-se os dados da participação dos setores da agropecuária, indústria e serviços na composição do PIB. Também se observa o subsetor da indústria de transformação. O período analisado está compreendido entre os anos de 1947 e 1990. O início da Tabela 1 coincide com o começo do cálculo do produto brasileiro no ano de 1947 pela Fundação Getúlio Vargas. A Tabela apresenta as participações dos setores com a imputação dos serviços financeiros. Desta forma, a somatória da participação dos setores é superior a 100%, uma vez que o peso da imputação dos serviços financeiros cresce no período, fato diretamente associado à inflação presente no Brasil até 1994. Quando se desconta a imputação dos serviços financeiros, a somatória é de 100% (IBGE, 2006).

TABELA 1: Participação percentual setorial no PIB (1947-1990)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Industria de Transformação
1947	21,36	25,97	55,68	19,89
1948	23,44	24,87	54,56	19,35
1949	24,18	25,36	53,01	19,34
1950	25,08	24,96	53,33	19,29
1951	24,57	25,97	52,81	19,58
1952	25,81	24,97	52,51	18,76
1953	24,36	26,26	52,79	19,70
1954	24,99	26,69	51,93	20,79
1955	24,32	26,58	52,75	21,16
1956	21,80	28,23	53,34	22,01
1957	21,20	28,86	53,72	22,36
1958	19,01	32,15	52,16	24,73
1959	17,66	33,94	51,30	26,68
1960	18,28	33,19	51,48	26,32
1961	17,48	33,53	52,05	27,85
1962	18,05	33,57	51,74	27,13
1963	16,47	34,18	52,63	27,40
1964	16,86	33,68	53,04	27,10
1965	16,50	33,24	54,28	25,94
1966	14,77	34,21	55,44	26,57
1967	14,32	33,45	56,65	25,51
1968	12,32	36,34	55,86	27,80
1969	11,92	36,88	55,84	28,30
1970	12,35	38,30	56,22	29,32
1971	13,05	38,83	55,33	29,66
1972	13,08	39,51	54,20	30,37
1973	12,63	41,92	51,35	33,03
1974	12,19	43,16	51,24	33,78
1975	11,52	43,27	52,40	33,59
1976	11,71	43,03	53,09	33,43
1977	13,63	41,78	52,72	32,09
1978	11,19	43,08	54,80	33,12
1979	10,78	43,57	54,44	33,15
1980	10,89	44,09	52,73	33,70
1981	11,19	44,31	55,16	33,19
1982	9,69	45,77	55,61	34,35
1983	12,47	44,35	57,11	33,09
1984	13,79	46,20	53,46	33,90
1985	12,61	47,97	52,89	35,88
1986	12,09	47,20	48,69	34,66
1987	10,82	47,51	57,59	33,35
1988	11,39	46,76	58,64	33,42
1989	9,79	46,34	70,36	32,39
1990	8,10	38,69	70,34	26,54

Fonte: Ipeadata (2015a, 2015b, 2015c, 2015d).

Na análise dos dados, fica evidente que o país passou por um processo de industrialização entre 1947 e 1985, uma vez que a indústria de transformação, cuja participação na composição do produto interno bruto era de 19,89% no início da série, chega em seu auge no ano de 1985, quando representava 35,88%.

Para analisar a Tabela 1, ela será dividida em cinco fases distintas observadas no período estudado. Estas fases são: 1ª) 1947 a 1952, período de estabilidade do setor da indústria de transformação no PIB; 2ª) 1953 a 1963, um período de crescimento da indústria de transformação; 3ª) 1964 a 1967, período marcado pela perda de participação da indústria de transformação no PIB; 4ª) 1968 a 1974, o milagre econômico; 5ª) 1975 a 1990, um período de certa estabilidade da indústria da transformação onde podemos observar seus maiores picos na participação no PIB.

Entre 1947 e 1952, observa-se a primeira fase. Neste período, a indústria de transformação se manteve estável, com participação média no PIB equivalente a 19,37%. A participação do setor da indústria comportou-se de forma consonante, mantendo-se estável a uma média de 25,35% do PIB. O setor da agropecuária ampliou sua participação no período, aumentando de 21,3% para 25,81%. Contrastando com o setor agropecuário, o setor de serviços reduziu sua participação ao longo da primeira fase, indo de 55,68% para 52,51%, de acordo com a Tabela 1.

É possível observar que a indústria de transformação cresceu mais que o PIB conforme Tabela 2, que será analisada a seguir, mas, na Tabela 1, a participação do setor permaneceu estável, pois o setor da agropecuária cresceu com maior intensidade em relação ao PIB, ganhando mais importância relativa nacional. Além disso, no ano de 1948, iniciou-se o Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Plano SALTE - previsto para 1950 a 1954). Durante o plano, foram criadas duas refinarias de petróleo, na Bahia e em Cubatão. A indústria brasileira deixou de ser espontânea e passou a ser planejada desde então (LESSA, 1982).

A segunda fase ocorreu entre 1953 e 1963. A indústria de transformação passou por um período de crescimento neste período, ampliando sua participação de 18,76% do PIB em 1952 para 27,40% em 1963 (uma diferença de 7,64 pontos percentuais). Novamente, de forma consonante, o setor da indústria apresentou crescimento de 7,79 pontos percentuais, ampliando sua participação de 26,69% para 34,18%. A agropecuária reduziu sua participação de 24,36% para 16,47% enquanto o setor de serviços permaneceu estável, mantendo uma média de 52,35% do PIB.

De 1964 a 1967 encontra-se a terceira fase. A indústria de transformação perdeu sua participação, caindo de 27,13% para 25,61%. O setor da indústria permaneceu estável neste período, com uma participação média de 33,64%. O setor da agropecuária continuou perdendo

participação, chegando a 14,32% do PIB. O setor de serviços, por sua vez, cresceu de 53,04% para 56,65%.

Na quarta fase, de 1968 a 1974, cresceram os setores da indústria e da indústria de transformação. Suas participações foram, respectivamente, de 36,34% para 43,16% e de 27,80% para 33,78%. O setor agropecuário permaneceu estável, com uma participação média do PIB de 12,51%, enquanto o setor de serviços sofreu queda em sua participação de 55,86% para 51,24%. A economia brasileira passou, neste período, pelo fenômeno denominado de Milagre Econômico. Esta denominação se dá pelo alto crescimento econômico (média anual de 11%), taxa de inflação decrescente de (25% para 15% ao ano) e balanço de pagamentos equilibrado. Na visão de Gremaud et al. (2002, p. 397), a boa performance decorreu das “[...] reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda”.

Na quinta e última fase da análise, compreendida entre 1975 e 1990, observou-se uma grande expansão do setor de serviços, que passou de 52,40% do PIB para 70,34%. Em contrapartida, o setor da agropecuária sofreu queda em sua participação de 11,52% para 8,10%. O setor industrial cresceu de 43,27% do PIB para 46,35% entre 1974 e 1989, porém, no ano de 1990, representava apenas 38,69%. Podemos observar uma estabilidade na participação da indústria de transformação no PIB, com uma média de 33,12%. No entanto, ocorreram três picos: 1º) 1982, quando a participação alcança 34,35%; 2º) em 1985, com participação de 35,88%; 3º) no ano de 1986, alcançando 34,66% do PIB nacional. O principal motivo para este comportamento observado é a postura protecionista adotada pelo governo na década de 1980. Em 1987, a participação da indústria de transformação recuou em relação a 1986, passando para 33,35%. Nos anos seguintes, o setor passou a cair, indo de 33,42% em 1988 para 26,54% em 1990. A política cambial e tarifária permitiu a manutenção do processo de substituição de importações mesmo em um cenário de instabilidade.

Depois de 1979, o Brasil sofreu com a influência externa. Em primeiro lugar, as taxas de juros internacionais começaram a subir depois de 1978, causando elevação do pagamento de juros pelo Brasil e, devido à escassez, restrição ao crédito aos países considerados endividados. Depois do choque do petróleo em 1973, ocorreu, em 1979, o segundo choque do petróleo, que elevou os preços dos barris de petróleo novamente. Como resposta ao desequilíbrio externo, até 1980, o governo optou por utilizar política não recessiva e maxidesvalorização cambial de 30%. Sem resultado, de 1981 a 1983 iniciou-se o ajuste recessivo, com redução de crédito, juros reais positivos, política fiscal restritiva, maxidesvalorização de 30%, maior protecionismo comercial (muito alto até 1988) e restrição a importação de automóveis, motos e computadores. Na segunda

metade dos anos 1980, o maior problema encontrado pelos governantes brasileiros foi a instabilidade dos preços. A partir de 1986, iniciaram-se os planos de estabilização de preços que se estenderiam até 1994 (GREMAUD et al., 2002).

No comportamento das séries, evidenciado no Gráfico 1, observou-se que a indústria e a indústria de transformação tiveram seu ponto de inflexão a partir de 1952, como resultado das novas medidas de incentivo adotados pelo governo, adquirindo tendência de crescimento até o final da década de 1980, quando houve um novo ponto de inflexão, levando sua participação a uma tendência de queda. O setor agropecuário, no ano de 1952, esteve no auge de sua participação no PIB, ultrapassando 21%. No entanto, a partir deste ano, sofreu queda constante, alcançando 8,1% do produto total da economia em 1990. O setor de serviços variou ao longo da série entre 50% e 60% do PIB, até o ano de 1985, quando sua participação no Produto Interno Bruto cai para 48,69% e, em seguida, inicia um padrão de crescimento vertiginoso, até alcançar 70,34% do PIB em 1990.

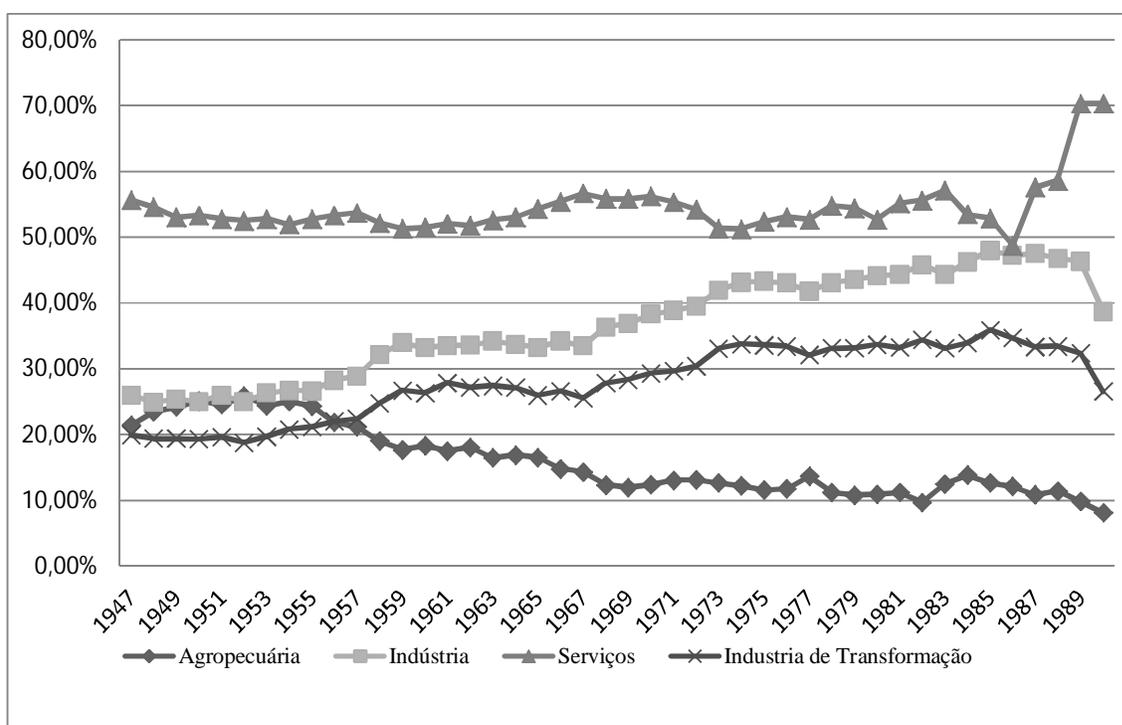


GRÁFICO 1: Participação percentual setorial no PIB (1947-1990)

Fonte: Ipeadata (2015a, 2015b, 2015c, 2015d). Elaboração própria.

Em primeiro lugar, a queda repentina em 1986 ocorreu devido ao sucesso do Plano Cruzado em conter o processo inflacionário. Em segundo lugar, o pico observado em seguida ocorre pelo retorno da instabilidade dos preços. Como já citado anteriormente, até 1994, o país sofreu com a

presença de inflação. Por este motivo, o setor de serviços se comporta de forma tão instável neste intervalo, uma vez que os serviços financeiros fazem parte de sua composição. Isto é, neste período, houve um aumento considerável da procura por serviços bancários. A instabilidade da moeda levou os brasileiros a procurarem produtos dos bancos que protegessem seus rendimentos da inflação. Todos os demais setores perderam participação em decorrência deste mesmo motivo: o crescimento relativo dos serviços em relação ao PIB, exacerbado pela inflação.

Além da participação dos setores no PIB, a segunda forma de se observar a industrialização ocorrida no período estudado é comparando as taxas de crescimento do PIB nacional com as do PIB da indústria de transformação. Estes dados, no período de 1948 a 1990, se encontram na Tabela 2 e no Gráfico 2. Podemos dividir esta análise em dois intervalos: 1948 a 1980 e 1981 a 1990.

TABELA 2: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1948-1990)

Anos	PIB (% a.a.)	Indústria de transformação (% a.a.)	Anos	PIB (% a.a.)	PIB - indústria de transformação (% a.a.)
1948	9,7	12,3	1970	10,4	11,9
1949	7,7	11	1971	11,34	11,86
1950	6,8	12,7	1972	11,94	13,95
1951	4,9	5,3	1973	13,97	16,62
1952	7,3	5,6	1974	8,15	7,75
1953	4,7	9,3	1975	5,17	3,81
1954	7,8	9,3	1976	10,26	12,12
1955	8,8	11,1	1977	4,93	2,27
1956	2,9	5,5	1978	4,97	6,11
1957	7,7	5,4	1979	6,76	6,86
1958	10,8	16,8	1980	9,2	9,11
1959	9,8	12,9	1981	-4,25	-10,39
1960	9,4	10,6	1982	0,83	-0,17
1961	8,6	11,1	1983	-2,93	-5,84
1962	6,6	8,1	1984	5,4	6,17
1963	0,6	-0,2	1985	7,85	8,36
1964	3,4	5	1986	7,49	11,28
1965	2,4	-4,7	1987	3,53	0,96
1966	6,7	11,7	1988	-0,06	-3,43
1967	4,2	2,2	1989	3,16	2,88
1968	9,8	14,2	1990	-4,35	-9,46
1969	9,5	11,2			

Fonte: Ipeadata (2015e, 2015f).

No primeiro intervalo (1948 a 1980), a indústria de transformação manteve sua taxa de crescimento positiva. Houve decréscimo somente nos anos de 1963 e 1965, respectivamente (-0,20%) e (-4,70%). Também é evidente que a indústria de transformação cresceu a uma taxa superior ao PIB em boa parte deste intervalo. Tal resultado mostra que ocorreu industrialização no país até 1980. A taxa média de crescimento da indústria de transformação neste período foi de 8,65% a.a., enquanto a taxa média de crescimento do PIB foi de 7,45% a.a.

No segundo intervalo (1981 a 1990), a indústria de transformação cresceu a um ritmo mais lento, além de ter crescido mais que o PIB nacional somente de 1984 a 1986. A taxa média registrada para a indústria de transformação neste período foi de -0,21%, enquanto o PIB cresceu em média 1,57%. Porém, o ano de 1990 é marcado pela adoção de políticas, que compunham o Plano Collor, que influenciaram diretamente o desempenho da indústria. Tais políticas causaram grande mudança no comportamento das séries históricas, principalmente no que diz respeito ao processo de industrialização (GREMAUD et al., 2002).

Em primeiro lugar, houve a mudança do regime cambial para um sistema de taxas flutuantes (definidas pelo mercado). Em segundo lugar, a política comercial brasileira passou por um processo de liberação, com as reduções das tarifas de importação caindo de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos segundo Gremaud et al. (2002). Por este motivo, pela taxa média de crescimento do PIB e da indústria de transformação entre 1981 e 1989 (Tabela 2), desconsiderando o ano de 1990, observa-se que estas são de, respectivamente, 2,2% e 0,87% a.a.

O Gráfico 2, por sua vez, apresenta o comportamento das taxas de crescimento do PIB e da indústria de transformação, entre 1948 e 1990. Pode-se afirmar que as séries possuem certa correlação. Esta observação possui grande importância, pois mostra que o produto nacional é influenciado pelo desempenho industrial. A constatação deste fato nos ajuda a compreender os conceitos propostos por autores como Prebisch (1982), que defendiam a indústria como setor de grande importância.

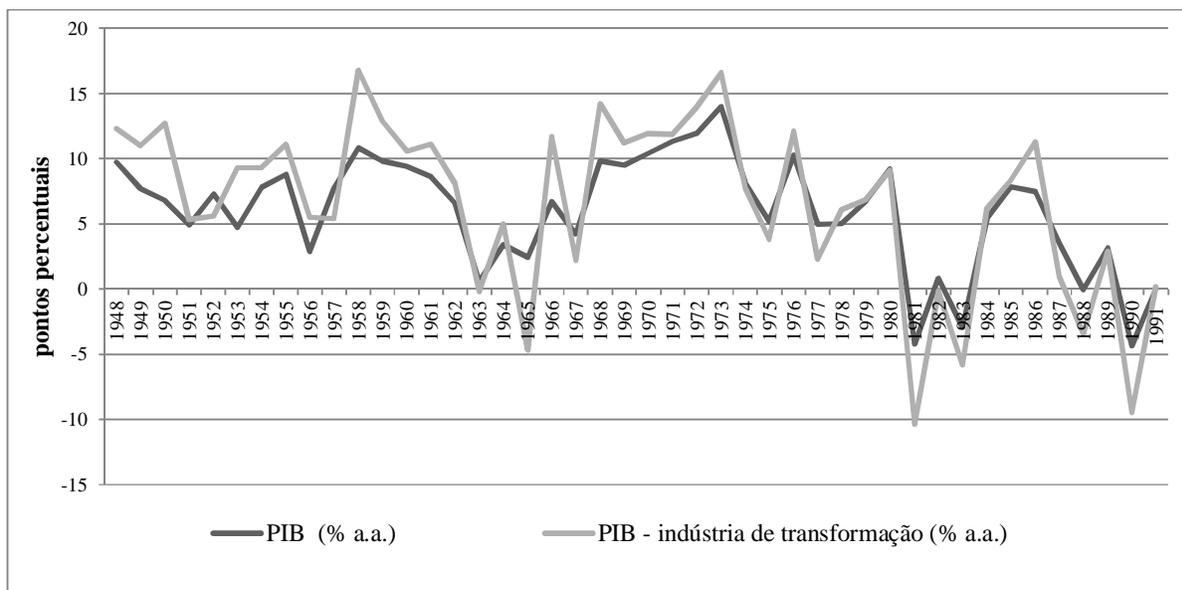


GRÁFICO 2: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1948-1990)

Fonte: Ipeadata (2015e, 2015f). Elaboração própria.

Quando comparada aos demais setores, a indústria mostra-se mais dinâmica, uma vez que possui maiores ganhos de produtividade, remuneração de fatores de produção, efeitos de transbordamento e incorporação de avanços tecnológicos e inovação. Segundo Vieira et al. (2014) o aumento no nível de renda *per capita* dos países está associado ao aumento da participação da indústria no PIB.

A terceira forma analisar a industrialização na economia brasileira é a participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados no total das exportações. Esta classificação dos bens leva em consideração o conceito de exportações por fator agregado. O conceito discrimina os produtos pela maior ou menor quantidade de valor agregado (transformação do produto). Desta maneira, os produtos básicos são produtos de baixo valor, com alta intensidade de mão de obra e que sofrem poucas transformações.

Os principais produtos básicos exportados pelo Brasil entre 2005 e 2015 são: minério de ferro, soja em grãos, café em grãos, petróleo bruto, carne de bovino, minério de cobre, e carne de frango. Também temos os produtos semimanufaturados – aqueles que tiveram pouca transformação. Os principais semimanufaturados são: suco de laranja congelado, óleo bruto de soja, celulose, semimanufaturados de ferro e aço, semimanufaturado de ouro etc. Finalmente, os produtos manufaturados – produtos que sofrem transformações mais drásticas, utilizando maior tecnologia e adquirindo maior valor agregado. Os principais produtos manufaturados exportados pelo Brasil são: aviões, automóveis, aparelhos transmissores ou receptores, calçados, motor para veículos etc.

Na Tabela 3, analisa-se o comportamento da participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados nas exportações entre as datas de 1964 e 1990. O início do estudo se dá em 1964, pois a série histórica, fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), se inicia neste ano. Nota-se que a soma da participação dos bens não completa 100%. Esta diferença se deve às operações especiais. Estes bens fazem parte da balança comercial, porém não é possível identifica-los com maior grau de detalhamento, ou seja, eles não são classificados como nenhum dos três tipos analisados.

TABELA 3: Participação percentual por fator agregado no valor total das exportações (1964-1990)

Anos	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8	6,2
1965	81,6	9,7	8,2
1966	82,9	8,1	8,7
1967	78,7	8,9	11,9
1968	79,3	9,5	10,7
1969	77,7	9,1	12,3
1970	74,8	9,1	15,2
1971	68,5	8,3	20
1972	66,4	10	22,5
1973	65	9,3	23,1
1974	57,6	11,5	27
1975	58	9,8	29,8
1976	60,5	8,3	27,4
1977	57,4	8,6	31,7
1978	47,2	11,2	40,2
1979	43	12,4	43,6
1980	42,2	11,7	44,8
1981	38,3	9,1	51
1982	40,8	7,1	50,8
1983	39	8,1	51,5
1984	32,2	10,6	56
1985	33,3	10,8	54,9
1986	32,6	11,1	55,5
1987	30,6	12,1	56,6
1988	27,9	14,5	56,8
1989	27,8	16,9	54,2
1990	27,8	16,3	54,2

Fonte: MDIC (2015). Elaboração própria.

Fica evidente que os bens manufaturados ganharam importância na pauta de exportações ao longo do período, passando de 6,2%, em 1960, para 54,2%, em 1990. Em 1988, os bens manufaturados atingiram seu pico, sendo responsáveis por 56,8% das exportações. O grande impulso sofrido em sua participação na pauta de exportações ocorreu a partir de 1969. Este salto decorreu das políticas adotadas, no ano de 1968, de aumento das exportações por meio de

incentivos fiscais, sobretudo aos bens manufaturados. Além disso, houve crescimento das exportações devido ao crescimento do comércio mundial e à melhora nos termos de troca (GREMAUD et al., 2002). Os bens semimanufaturados incrementaram sua participação nas exportações ao longo do período, saindo de 8%, em 1964, e alcançando 16,3%, em 1990. No entanto, ao longo da série, sua participação permaneceu estável, com pico de crescimento somente a partir de 1987. Já os bens básicos caíram de 85,4% para 27,8%.

O ponto mais importante desta análise, no entanto, é o ano de 1979. Neste ano, as manufaturas finalmente superaram os bens básicos na pauta de exportações. Seus valores são, respectivamente, de 43,6% e 43%. Segundo esta ótica (LESSA, 1982), o Brasil se torna um país industrial quando a exportação de manufaturas supera a exportação de bens básicos. Posteriormente, é possível revisitar este conceito ao discutir a desindustrialização. O momento em que as manufaturas superam os bens básicos está ilustrado no Gráfico 3. Nele, observa-se que os produtos básicos declinaram ao longo de toda a série, enquanto os bens manufaturados permanecem em uma tendência de crescimento.

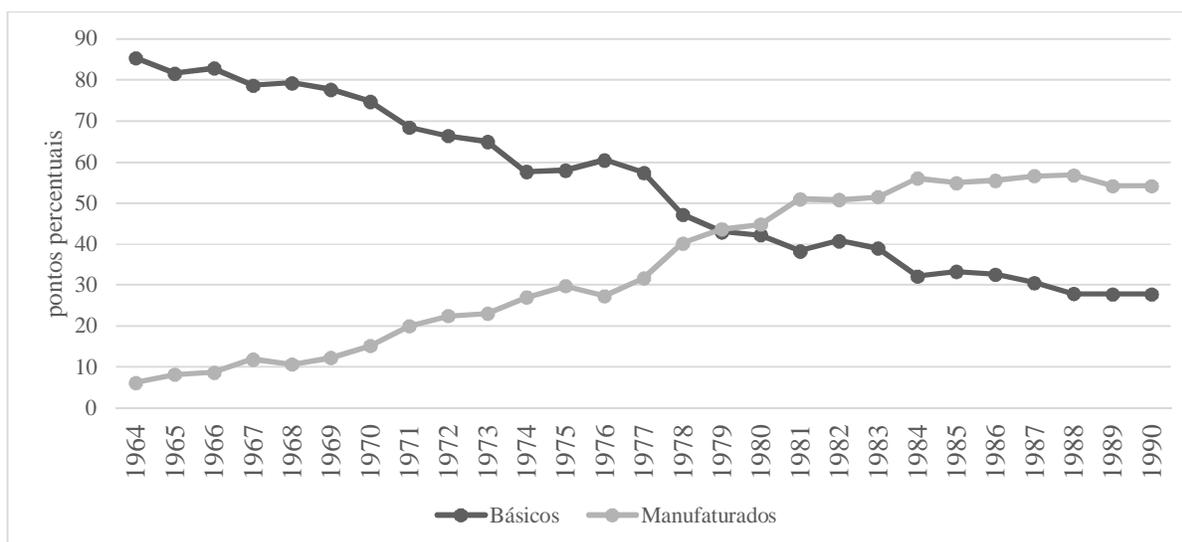


GRÁFICO 3: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (1964-1990)
Fonte: MDIC (2015). Elaboração própria.

O processo de industrialização brasileiro, como demonstrado neste capítulo, ocorre da segunda metade da década de 1940 até o final da década de 1980. Primeiro, observando a participação da indústria de transformação no PIB, a indústria de transformação ganha importância gradualmente, obtendo o auge em 1985. Segundo, a taxa de crescimento do PIB em comparação com a taxa de crescimento da indústria de transformação mostra, no entanto, que a industrialização

de fato ocorreu, mas somente até 1980. O comportamento da série evidenciou um declínio no crescimento da indústria de 1981 a 1990. Terceiro, pela ótica da participação das exportações por fator agregado, podemos observar o processo de industrialização ocorrendo pelo forte avanço da participação dos produtos manufaturados, que ultrapassam os bens básicos, em 1979, e atingem seu auge em 1988.

2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1987 – 2015)

2.1 A IDEIA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Antes de estudar o caso brasileiro, é necessário resgatar alguns conceitos de desindustrialização. Em 1987, no primeiro capítulo do livro “*De-industrialization and Foreign Trade*”, Rowthorn e Wells (1987) utilizaram a distribuição do trabalho na economia para definirem a desindustrialização. Segundo os autores, a quantidade de trabalho empregado na indústria é determinada por três fatores: o nível de desenvolvimento econômico do país; a fase que o país se encontra no ciclo de negócios e, finalmente, a estrutura do comércio exterior. Assim, por meio dos níveis relativos de mão de obra empregados nos setores da economia, era possível determinar a trajetória do processo de industrialização e desindustrialização.

Existia, segundo Rowthorn e Wells (1987), três variações de desindustrialização. A chamada “desindustrialização positiva” era o resultado do crescimento econômico em uma economia em pleno emprego e altamente desenvolvida. O fenômeno ocorria porque o crescimento da produtividade da indústria era tão rápido que, apesar do crescimento da produção, o emprego no setor diminuía absolutamente ou relativamente. No entanto, este processo não levava ao desemprego, pois novos postos de trabalho eram criados no setor de serviços em uma escala suficiente para absorver o excedente:

Paradoxalmente, este tipo de desindustrialização é um sintoma do sucesso econômico. Não é um fenômeno patológico, como muitos acreditam, mas um resultado normal do dinamismo da indústria em uma economia altamente desenvolvida. Por todo o processo, a indústria permanece competitiva, a renda per capita cresce e a economia se mantém em pleno emprego (ROWTHORN e WELLS, 1987, p. 5-6).

Apesar das peculiaridades de cada país, Rowthorn e Wells (1987) observaram que todos os países que obtiveram sucesso em seu desenvolvimento seguiram um certo padrão. Sua estrutura de emprego evoluiu em certo caminho bem definido. Conforme a economia se desenvolveu, os setores da agricultura, indústria e serviços se comportaram de uma certa maneira.

Primeiro, o emprego relativo na agricultura, que era muito grande e caiu continuamente em todo processo de desenvolvimento. Eventualmente, o emprego neste setor se tornou uma pequena

fração do total. Este, segundo Rowthorn e Wells (1987), é o ponto onde a economia encontra sua “maturidade”, quando qualquer redução na mão de obra do setor agropecuário causa uma pequena contribuição no crescimento do emprego nos demais setores. Segundo, houve um crescimento contínuo da participação dos serviços no total do emprego. Esta participação cresceu em todos os estágios, até alcançar mais da metade do trabalho total. A terceira característica do desenvolvimento era o crescimento e subsequente queda do emprego na indústria. No início e na fase intermediária, a mão de obra da indústria cresceu relativamente, mas, depois de se estabilizar, sofreu queda prolongada:

Baseado no que acontece com o emprego industrial, nós podemos distinguir duas fases no processo de desenvolvimento: “industrialização”, que é a fase inicial, na qual o emprego relativo da indústria cresce; e a “desindustrialização”, que é a fase subsequente, na qual a referida participação cai (ROWTHORN e WELLS, 1987, p. 8).

Na dinâmica do crescimento, segundo Rowthorn e Wells (1987), enquanto existir abundância de trabalho no setor agrícola, é possível que a participação dos serviços cresça simultaneamente com a da indústria, em detrimento da agropecuária. No entanto, conforme o desenvolvimento ocorre, o emprego relativo do setor agrícola será cada vez menor, até que o crescimento dos serviços deverá ocorrer em detrimento do setor industrial. Este é o ponto de “maturidade”. A desindustrialização, neste caso, ocorre quando o setor agrícola deixa de ser o maior empregador da economia.

No entanto, para Rowthorn e Wells (1987), em economias menos desenvolvidas, não se observou a desindustrialização positiva. Nestas, o dinamismo industrial é acompanhado pelo crescimento relativo do emprego na indústria. A desindustrialização negativa, por sua vez, é um fenômeno patológico, que pode atacar estas economias menos desenvolvidas. Nestes casos, o fenômeno é o produto da falência da economia e ocorre quando a indústria se encontra com severas dificuldades e o desempenho geral da economia é precário. Assim, o trabalho será deslocado da indústria e absorvido em partes pelo setor de serviços enquanto a outra parte se converte em desemprego. A desindustrialização negativa, portanto, é relacionada com a estagnação da renda real e queda da participação do emprego industrial no total da economia.

Rowthorn e Wells (1987) apresentam um terceiro caso de desindustrialização, que é causado por mudanças estruturais no comércio exterior. O fenômeno ocorre quando, por alguma razão, a pauta de exportações muda seu foco de manufaturas para outros bens e serviços. Sob certas

circunstâncias, tais mudanças levarão a uma transferência da força de trabalho da indústria para outros setores da economia e conseqüente queda da importância relativa deste setor no total do emprego.

Rowthorn e Ramaswamy (1997), em seu trabalho intitulado “*Deindustrialization: causes and implications*”, abordam o tema da desindustrialização destacando alguns pontos importantes: 1. A desindustrialização é uma característica do desenvolvimento econômico bem-sucedido; 2. Os gastos com manufaturas, em termos reais, comportaram-se de forma estável e o fator mais importante para a desindustrialização é a tendência de a produtividade das manufaturas crescer mais do que a produtividade dos serviços; e 3. A melhora do padrão de vida é influenciada pelo setor de serviços.

Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1997), nos países desenvolvidos, o emprego da indústria diminuiu relativamente depois do início dos anos 1970. Por outro lado, o emprego no setor de serviços cresceu constantemente. A preços correntes, a parcela dos serviços no valor agregado é crescente. Para os autores, o que levou ao crescimento desta participação é o crescimento do preço relativo do setor de serviços, devido à baixa produtividade do trabalho neste setor. Quando o produto do setor industrial é confrontado com o produto dos serviços a preços constantes, não há evidências de uma mudança dos gastos em manufaturas para o outro setor que equivalha ao intercâmbio de força de trabalho entre os mesmos.

Se a desindustrialização não se explica pelo deslocamento dos gastos do setor manufatureiro para o setor de serviços, qual é a causa deste fenômeno? Para Rowthorn e Ramaswamy (1997), existem duas características a serem destacadas: 1. O crescimento da participação da indústria no trabalho na maioria das economias avançadas até o final da década de 1960 e seu declínio posterior; e, 2. O crescimento da participação dos serviços neste período. O primeiro representa o movimento do emprego, que se deslocou da agricultura para o setor manufatureiro nos estágios iniciais de desenvolvimento. Este movimento se explica pela lei de Engel, segundo a qual a proporção de renda gasta com alimentos aumenta conforme cresce a renda e a demanda excedente se desloca para produtos industrializados. O segundo fator, do lado da oferta, é o crescimento rápido da produtividade do trabalho agrícola, devido à grande capacidade de inovação do setor. O resultado combinado entre as mudanças na oferta e na demanda é o deslocamento da força de trabalho da agricultura para a indústria (assim como serviços).

Como dito anteriormente, Rowthorn e Ramaswamy (1997) afirmam que o intercâmbio do emprego da indústria para os serviços não está associado com nenhuma mudança no padrão de consumo entre os dois setores. A desindustrialização mostrou ser fruto da diferença de

produtividade. Ficou claro que, no longo prazo, o produto real dos serviços cresceu mais rápido do que a produção de manufaturas, mas a produtividade da indústria cresceu muito mais rápido do que os serviços. Assim, o emprego se desloca para os serviços, que necessitam absorver mão de obra para manter o padrão de crescimento.

Uma importante implicação desta discussão, já apontada, é que a desindustrialização não é um fenômeno essencialmente negativo. Rowthorn e Ramaswamy (1997) acreditam que este é um fruto natural do processo de desenvolvimento da economia e está associado a melhoria do padrão de vida. No entanto, é possível associar a desindustrialização a uma deficiência do setor manufatureiro ou da economia como um todo. Quando ocorre desemprego na indústria em decorrência de um choque adverso, por exemplo, se o setor de serviços não absorver o excedente de mão de obra, a desindustrialização causa desemprego, queda da taxa de crescimento e piora nos padrões de vida.

Sendo a desindustrialização um fenômeno natural da economia, suas implicações se tornam importantes para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico. Rowthorn e Ramaswamy (1997) resgatam de Baumol, Blackman e Wolff os termos: “tecnologicamente progressivos” e “tecnologicamente estagnado”. Segundo os autores, a indústria, geralmente, é tecnologicamente progressiva, ou seja, sua produtividade cresce rapidamente. Esta é uma característica intrínseca do setor, devido à sua capacidade de padronização e formalização dos processos produtivos. O setor de serviços é tecnologicamente estagnado, sua produtividade cresce vagarosamente. Novamente, esta é uma característica que é fruto da particularidade desta atividade.

De modo geral, se existem duas atividades e uma é tecnologicamente progressiva e a outra é tecnologicamente estagnada, a taxa média de crescimento será determinada pela atividade cujo crescimento da produtividade for menor. Este fenômeno é conhecido por estagnação assintótica. A relação é simples: mesmo que a produtividade do setor manufatureiro cresça muito rapidamente, existe a necessidade de que o setor de serviços absorva o excedente de trabalho gerado neste setor. Assim, o crescimento da economia como um todo fica limitado pela produtividade dos serviços. O crescimento da produtividade na indústria será menos importante para a taxa de crescimento da economia como um todo, uma vez que é a produtividade dos serviços que vai desencadear a melhora no padrão de vida. A estrutura competitiva, a tecnologia de informação, o desenvolvimento da tecnologia são alguns dos fatores que tornam os serviços mais eficientes.

No texto de Tregenna (2009), intitulado “*Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally*”, a autora analisa o papel do emprego e da produção manufatureira na definição do conceito de desindustrialização. Segundo a mesma, é comum definir a desindustrialização como uma queda na participação da manufatura no

total do emprego. No entanto, não existe consenso a respeito da definição do fenômeno. Alguns acreditam que a desindustrialização é definida em termos de participação do emprego e outros que é melhor definida como a queda da participação das manufaturas no produto total da economia. Este questionamento tem importância tanto na economia quanto na política, pois ajuda a definir como será a reação dos formuladores de política a respeito do fenômeno.

Tregenna (2009) observou que há uma diferença na importância dos setores. Uma unidade de valor agregado em diferentes setores equivale a diferentes níveis de crescimento econômico. A teoria de desenvolvimento econômico clássica relaciona a mudança na composição setorial com a taxa de crescimento da economia. O deslocamento do trabalho de um setor com baixa produtividade para um setor com alta produtividade aparece como uma causa central do aumento geral da produção em economias em desenvolvimento. A industrialização e o crescimento do setor manufatureiro são os motores do crescimento econômico, diferente dos países desenvolvidos, onde a inovação tecnológica é mais importante para o crescimento da produtividade agregada.

O setor industrial, segundo Tregenna (2009), possui a capacidade especial de ampliar o crescimento econômico. Segundo as leis de Kaldor, apresentadas pela autora, em primeiro lugar, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior é a taxa de crescimento da economia como um todo; na segunda lei, chamada de Lei de Verdoorn, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho nas manufaturas é endógena à taxa de crescimento do produto da indústria; finalmente, na terceira lei, o crescimento da produtividade agregada está positivamente relacionado ao crescimento do produto da indústria e o emprego industrial e, negativamente relacionada com o emprego não industrial.

Dentre outros aspectos, Tregenna (2009) afirma que a produção industrial possui maior impacto no crescimento à montante e à jusante que os demais setores. Além disso, há a possibilidade da indústria de obter economias de escala. Desta forma, quanto maior o crescimento da produtividade no setor manufatureiro, maior é a taxa de crescimento do produto industrial. Assim, a expansão da indústria gera o aumento da produtividade de todos os setores da economia. Dentre outras coisas, o setor também ajuda a atenuar problemas no balanço de pagamentos e mantém altas taxas de crescimento na ausência de uma *commodity* com termos de intercâmbio favoráveis.

Segundo Tregenna (2009), a desindustrialização é tipicamente compreendida como uma queda na participação da indústria no emprego. Sendo a manufatura um setor de grande importância para o processo de crescimento econômico, a desindustrialização e a desindustrialização prematura são problemáticas para a manutenção do crescimento. A autora, inclusive, mostra que, em 2003, a

manufatura, em média, representava 14,9% do emprego no mundo. A participação da indústria no valor agregado, em termos absolutos, caiu em média 1,8% ao ano de 1980 a 2006.

Tregenna (2009), comentou as quatro explicações para o processo de desindustrialização de Rowthorn e Coutts contidos no trabalho de 2004 intitulado “*Commentary: Deindustrialisation and the balance of payments in advanced economies*”. Primeiro, a terceirização de atividades domésticas da manufatura, agora oferecidas por prestadores de serviços; segundo, uma queda nos preços relativos das manufaturas, por questões exógenas, significando uma menor importância dos gastos do consumidor; terceiro, o comércio internacional causa um efeito negativo no emprego da indústria devido ao aumento da produtividade por pressão competitiva; e, finalmente, a quarta explicação para a desindustrialização é a queda da taxa de investimento que causa uma queda na participação da manufatura tanto no emprego quanto no produto.

O nível de emprego no setor manufatureiro, correspondente a certo nível de renda per capita, caiu ao longo do tempo, segundo Tregenna (2009), e esta seria uma evidência de desindustrialização prematura nos países em desenvolvimento. A liberação do comércio exterior, particularmente, foi um fator que acelerou o processo. As causas do fenômeno afetam o emprego e o produto da indústria de formas diferentes.

Na medida em que a desindustrialização é uma ilusão estatística proveniente da contratação de atividades de prestadores de serviços especializados, o fato de que estas atividades são geralmente mais trabalho-intensivas do que a manufatura como um todo, significa que o emprego da indústria será reduzido proporcionalmente mais do que o emprego da indústria. Se o fenômeno está associado ao comércio exterior, também o emprego sofrerá mais que o produto, pois a atividade afetada tenderá a ser mais trabalho-intensiva. No entanto, se o consumo fosse fonte de desindustrialização, o produto que sofreria uma redução maior. De fato, geralmente, há mais explicações para o fenômeno que se relacionem ao emprego do que o produto, o que explica a ênfase na literatura. Além disso, os preços relativos dificultam o estudo do produto da indústria ao longo do tempo. O aspecto político, para Tregenna (2009), também é importante. O desemprego da indústria e a incapacidade de absorção do excedente de mão de obra nos demais setores tornaram este aspecto uma questão política e social.

O que importa mais para o crescimento, o produto ou o emprego da indústria? Para Tregenna (2009), não existe uma resposta exata. Dois países que estejam sofrendo quedas equivalentes no emprego da indústria podem ter resultados contrastantes no produto do setor. Segundo a definição de desindustrialização que utiliza o nível de emprego, ambas estariam sofrendo com o fenômeno, com diferentes resultados no crescimento econômico.

Segundo a ótica Kaldoriana, apontada por Tregenna (2009), tanto o emprego quanto o produto da indústria têm implicações no crescimento econômico. No entanto, a autora avalia o impacto de cada um na intensidade dinâmica do setor manufatureiro. Primeiro, os efeitos de encadeamento do crescimento a jusante e a montante estão relacionados à participação da manufatura no produto da economia. Mesmo que o emprego esteja diminuindo, o crescimento da produção significa maior demanda de insumos e estímulos aos setores à frente. Segundo, analisando de um ponto de vista Keynesiano, os salários pagos poderiam incentivar a demanda e impulsionar o crescimento: o emprego da indústria, obviamente, teria um papel mais importante nesse aspecto. Terceiro, economias de escala teriam efeitos tanto no aspecto do emprego quanto no aspecto da produção, mas não necessariamente no mesmo sentido, pois podem estar associadas a processos poupadores de mão de obra.

Para Tregenna (2009), a conceitualização do crescimento da produtividade como função do crescimento do produto (como especificado na lei de Verdoorn) sugere que o crescimento do produto da indústria é mais importante para a dinâmica das economias de escala do que o emprego. Outra característica especial da indústria em relação ao crescimento é a inovação tecnológica. Esta característica está relacionada ao aumento da produtividade, difusão do progresso para os demais setores etc. Além disso, o crescimento do produto industrial também ajuda a proteger a economia de problemas com o balanço de pagamentos, uma vez que é o produto e não o emprego que garantem este mecanismo, constituindo outra situação onde o crescimento da produção industrial é mais relevante.

Para Tregenna (2009), definir a desindustrialização como uma queda da participação da indústria no emprego é negligente. O fenômeno pode se manifestar por meio do produto sem que exista qualquer evidência dele no emprego. Mesmo em situações onde o trabalho no setor manufatureiro se contrai, é possível que a produção deste setor mostre efeitos contrastantes:

Diferentes tendências na participação da manufatura no total do emprego e do produto podem ser compreendidas como mudanças na intensidade do trabalho na produção. Um setor manufatureiro em expansão pode mostrar queda nos níveis de emprego apesar do crescimento do setor. Similarmente, a participação do produto da manufatura no PIB pode crescer concomitantemente a uma queda na participação da manufatura no total do emprego, se mudanças na intensidade do trabalho excederem as do resto da economia a uma magnitude suficiente para contrabalancear o crescimento da participação da manufatura no PIB (TREGENNA, 2009, p. 9).

Assim, para Tregenna (2009), uma queda no emprego da indústria, associada a uma mudança na intensidade do trabalho da produção, é muito diferente de uma queda no emprego do setor associado a uma queda no nível de produção. Claro que uma redução da força de trabalho da indústria pode causar efeitos negativos. Os canais Kaldorianos de incentivo ao crescimento levam em consideração o emprego. No entanto, a queda da intensidade do trabalho na manufatura não é necessariamente negativa para o crescimento. O efeito dependerá de uma série de fatores conjunturais. O nível de emprego da indústria é importante. No entanto, é perigoso utilizá-lo como definição de desindustrialização, especialmente em termos de formulação de política.

Para Cano (2014), desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país. Além disso, se alterarão e modernizarão hábitos e costumes da sociedade.

O subdesenvolvimento não representa uma etapa do desenvolvimento ou um “desenvolvimento em grau inferior”. Trata-se de um processo que se iniciou com a inserção dos demais países no mercado internacional capitalista, notadamente a partir do século XIX, e decorreu das relações capitalistas de produção que neles se internalizaram, mantendo, contudo, promíscua convivência com antigas e predominantes relações pré-capitalistas pré-existentes nos países periféricos, sem, no entanto, extinguir a maioria delas (CANO, 2014).

Nos países desenvolvidos, com a maturidade do processo de industrialização e a conseqüente urbanização, segundo Cano (2014), o setor de serviços teve forte expansão e diversificação, e passou a crescer a taxas maiores do que as industriais, fazendo com que a indústria de transformação, gradativamente, perdesse peso na participação do PIB. Porém, essa indústria não só continuou a crescer – dentro e fora desses países –, mas manteve altos seus investimentos e seu desenvolvimento:

Entre os desenvolvidos, os efeitos econômicos e sociais, positivos e negativos, foram desigualmente distribuídos. Antes da eclosão da crise de 2007-2008, o enorme crescimento do investimento externo para consolidar a formação dos blocos e o substancial aumento do comércio exterior proporcionou, à maioria, ganhos positivos de crescimento do produto, mas também de negativos, sobre a desigualdade distributiva. A perda de lucros no país sede da empresa investidora

foi compensada – certamente de forma ainda mais vantajosa – pelas remessas de lucros, juros e royalties enviados por suas filiais e associadas nos países receptores. Mas o volumoso desemprego e precarização do trabalho causados no país sede, foi inteiramente arcado pela classe trabalhadora do próprio país, mitigado, é verdade, pela expansão derivada nos serviços (CANO, 2014, p. 5).

Para muitos autores como Cano (2014), o processo de desindustrialização é um fato. Sua definição e suas características são fruto de divergência entre os autores. As causas, no Brasil, para a desindustrialização precoce e nociva, para Cano (2014) são descritas como: 1. A política cambial a partir do Plano Real. O câmbio excessivamente valorizado é uma âncora dos preços, que recebe apoio “logístico” da prática de juros reais absurdamente altos e da âncora fiscal. O resultado da combinação – juros, câmbio e desregulamentação –, foi a crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional perante outros países; 2. Abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989, com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional; 3. A taxa de juros elevada prejudica a decisão de investir dos empresários, frente ao alto custo de oportunidade; 4. O investimento direto estrangeiro deslocou-se para a China em detrimento da economia brasileira; 5. De 2007 para cá, a economia mundial desacelerou (CANO, 2014).

Seria possível, hoje, reverter esse quadro de desindustrialização no Brasil? Cano (2014) afirma que a formulação de uma nova política industrial, apesar de necessária, não seria suficiente. Nenhuma política específica teria sucesso sem o amparo da política macroeconômica, ou seja, a política industrial tem de ser alinhada com a política macroeconômica. De outro modo, com a taxa de juros em vigor, a atual política cambial, o nível de abertura da economia e com o não controle da conta de capital do balanço de pagamentos, não há política industrial que possa reverter o quadro da desindustrialização. Segundo o autor, é uma verdadeira “camisa de força”.

2.2 O INÍCIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (SEGUNDA METADE DOS ANOS 1980)

A política econômica nacional tornou-se voltada ao combate da inflação a partir de 1985. A inflação foi um resultado de choques sofridos na economia brasileira. Estes choques foram tanto externos (choques do petróleo em 1973 e 1979), quanto internos (choque das alterações cambiais

etc.). A propagação da instabilidade dos preços se deu por meio de instrumentos formais e informais de indexação vigentes na economia brasileira (GREMAUD et al., 2002). Os planos de estabilização dos preços começam em 1986, com o Plano Cruzado, seguido pelo Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), Collor I (1990) e Plano Real (1994). Seus objetivos de estabilização deixaram de lado o perfil do desenvolvimento econômico. A sobrevalorização cambial, aliada à liberação do comércio internacional e às altas taxas de juros, resultaram em contração econômica e efeitos negativos na indústria.

Há evidências na literatura para um processo de desindustrialização ocorrido a partir de meados da década de 1980. Autores, como Oreiro e Feijó (2010), já observaram uma tendência de queda na participação da indústria na economia brasileira. O baixo investimento realizado na indústria, o aumento da competição interna e externa como consequência da abertura comercial e financeira, privatizações e a sobrevalorização do câmbio são algumas das causas da desindustrialização apresentadas por eles. Feijó, Carvalho e Almeida (2005) afirmam:

A queda da participação da indústria foi iniciada já nos anos 1980, como decorrência da crise inflacionária vivida pelo país e das políticas de contenção que foram aplicadas para combater a recorrente ameaça de hiperinflação que se apresentou ao longo de toda a década (FEIJÓ et al., 2005, p. 4).

Bonelli (2005) também apresenta evidências para o início do processo de desindustrialização no final da década de 1980. Segundo o autor, ocorreu uma redução da participação da indústria no PIB, agravada com o decorrer da década seguinte:

Esse processo [redução do peso relativo da indústria no PIB brasileiro], que ocorreu mais claramente a partir do final da década de 1980, está associado a diversas mudanças. Os destaques são o aumento da competição interna e externa causado pela abertura comercial e financeira; a privatização em determinados segmentos industriais; e a introdução de novas técnicas de gerência da produção, modernização de práticas gerenciais etc. (BONELLI, 2005, p. 23).

Cano (2012) apresentou alguns dos principais fatos para a desindustrialização no Brasil, definida como precoce e nociva. Dentre elas, destaca a “[...] abertura desregulada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989, ainda no governo Sarney, quando ocorre uma primeira investida quanto à proteção que tínhamos sobre as importações” (CANO, 2012, p. 4).

O governo Sarney (1985 – 1990) foi responsável pelo início da redução das tarifas nominais de importação. O comportamento destas tarifas pode ser observado na Tabela 4. No ano

de 1983, a alíquota média de importações era de 47%. Após crescer em 1985 para 51,3%, caindo apenas 0,3 pontos percentuais em 1987, a alíquota média de importação perde 10 pontos percentuais, passando para 41% em 1988. No ano de 1989, a alíquota média reduziu-se para 35,5%. Assim, durante o governo Sarney, a alíquota média de importações sofreu redução de 15,8 pontos percentuais.

TABELA 4: Brasil - Evolução das alíquotas nominais de importação (1983/2014)

Anos	Alíquotas (%)				
	Mínima	Máxima	Média	Modal	Mediana
1983	0	105	47	30	46
1984	0	105	47	30	45
1985	0	105	51,3	30	45
1986	0	105	51,3	30	45
1987	0	105	51	30	45
1988	0	85	41	40	40
1989	0	85	35,5	40	35
1990	0	105	32,2	40	30
1991	0	85	25,3	20	25
1992	0	65	21,15	20	20
1993	0	55	16,5	20	20
1994	0	40	14,38	20	20
1995	0	70	11,2	14	14
1996	0	70	11,13	14	14
1997	0	63	13,81	17	17
1998	0	49	13,81	17	17
1999	0	35	13,79	17	15
2000	0	55	13,8	17	17
2001	0	55	12,82	4,5	14
2002	0	55	11,79	3,5	13,5
2003	0	55	11,52	3,5	13,5
2004	0	55	10,83	14	13
2005	0	55	10,73	14	12
2006	0	35	10,59	14	12
2007	0	35	11,46	14	12
2008	0	35	11,49	14	12
2009	0	35	11,49	14	12
2010	0	35	11,64	14	12
2011	0	35	11,65	14	12
2012	0	35	11,6	14	12
2013	0	35	11,61	14	12
2014	0	35	11,61	14	12

Fonte: MDIC (2016b).

Além da redução das tarifas de importação, em 1988, segundo Kume et al. (2003), implementou-se uma política de importação no período de 1987-1988, visando introduzir a

competição externa na economia brasileira:

Assim, uma reformulação dessa política de importação passava, em primeiro lugar, por uma atualização das tarifas aos níveis próximos ao diferencial de preços internos e externos [...]. Em segundo, viria a eliminação dos regimes especiais que reduziam a proteção à indústria doméstica, exceto daqueles destinados a favorecer determinadas atividades previamente escolhidas. [...] as BNTs¹ tornar-se-iam inócuas, podendo ser extintas sem reflexos significativos sobre o produto doméstico e o gasto de divisas. Finalmente, na última etapa, tendo-se já uma percepção clara da estrutura de proteção prevalecente, a tarifa aduaneira poderia ser reduzida gradativamente, estimulando a eficiência produtiva. [...] as mudanças ocorridas na política de importação no período 1988-1994 atenderam, de maneira geral, às indicações já citadas. Na primeira fase, correspondente ao biênio 1988- 1989, foram realizadas duas reformas tarifárias, respectivamente, em junho de 1988 e em setembro de 1989, que buscaram eliminar a parcela redundante da tarifa nominal, sem efeitos significativos sobre o volume de importações (KUME et al., 2003, p. 11-12).

Para definir um possível início do processo de desindustrialização, porém, é necessária a análise de outros aspectos. Na Tabela 5, apresentam-se os dados de participação percentual por setor no PIB de 1985 a 1999. Até 1999 a fonte dos dados é o Ipeadata (2016a, 2016b, 2016c e 2016d).

TABELA 5: Participação percentual setorial no PIB (1985/1999)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Indústria de Transformação
1985	12,61	47,97	52,89	35,88
1986	12,09	47,20	48,69	34,66
1987	10,82	47,51	57,59	33,35
1988	11,39	46,76	58,64	33,42
1989	9,79	46,34	70,36	32,39
1990	8,10	38,69	70,34	26,54
1991	7,79	36,16	68,93	24,86
1992	7,72	38,70	77,50	26,43
1993	7,56	41,61	81,82	29,06
1994	9,85	40,00	64,25	26,79
1995	5,77	27,53	66,70	18,62
1996	5,51	25,98	68,50	16,80
1997	5,40	26,13	68,47	16,67
1998	5,52	25,66	68,82	15,72
1999	5,47	25,95	68,58	16,12

Fonte: Ipeadata (2016a, 2016b, 2016c, 2016d). Elaboração própria.

¹ Barreiras não tarifárias

O recorte desta Tabela ocorre devido a mudança de metodologia ocorrida no cálculo do PIB a partir de 2000. Pela Tabela 2, no ano de 1981, a indústria de transformação representava 33,19% do produto nacional. Após ter crescido para 34,34% em 1982, caiu novamente, alcançando 33,09%, em 1983. A importância da indústria de transformação no PIB nacional cresceu em 1984 (33,90%) e em 1985 (35,88%), quando alcança a maior taxa da série histórica. A Tabela 5 começa no ponto mais alto da participação da indústria no produto.

Nos anos seguintes, inicia-se uma trajetória de queda. Em 1987, ocorreram reduções na participação da indústria de transformação no PIB e, embora com recuperação em 1988, os anos seguintes mantiveram queda. Analisando o comportamento da indústria por esta ótica, afirma-se que o processo de desindustrialização se observou na economia já a partir de 1986.

Na Tabela 6, contrapõe-se a taxa de crescimento anual do PIB brasileiro com a taxa de crescimento anual da indústria de transformação de 1984 a 2014. Os dados até 1995 foram obtidos pelo Ipeadata (2015a, 2015b, 2015c e 2015d). A partir de 1996, a fonte é o IBGE (2015b). Fica evidente que, nos anos de 1984, 1985 e 1986, o setor industrial cresceu mais que o PIB nacional. Além disso, em 1986, a taxa de crescimento da indústria foi o maior de todo o período. No entanto, o ritmo de crescimento do setor diminuiu a partir de 1987, quando o PIB cresce 3,53% e a indústria somente 0,96%. No ano de 1988, o setor industrial sofre uma retração de 3,43%, uma taxa de crescimento também menor que a do PIB nacional (-0,06).

TABELA 6: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (1984/1999)

Anos	PIB (% a.a.)	PIB - Indústria de transformação (% a.a.)
1984	5,40	6,17
1985	7,85	8,36
1986	7,49	11,28
1987	3,53	0,96
1988	-0,06	-3,43
1989	3,16	2,88
1990	-4,35	-9,46
1991	1,03	0,15
1992	-0,47	-4,21
1993	4,67	9,28
1994	5,33	8,14
1995	4,42	4,93
1996	2,2	0,1
1997	3,4	2,5
1998	0,3	-4,8
1999	0,5	-1,9

Fonte: Ipeadata (2016e, 2016f), IBGE (2015b). Elaboração própria.

Nos anos seguintes, a tendência de queda prevaleceu, sinalizando o início do processo de desindustrialização a partir do ano de 1987. Esta discrepância com o resultado da Tabela 5 pode ocorrer, pois a queda da participação no total do PIB não necessariamente significa que o setor não cresceu, apenas que outros setores possam ter crescido mais.

Finalmente, pela Tabela 7 é possível observar o comportamento das exportações por fator agregado de 1985 a 1999. No ano de 1985, as manufaturas representavam 54,85% das exportações. Este valor cresceu em 1986 para 55,50% e em 1988 para 56,78%. Nos anos seguintes não há grandes mudanças no comportamento da série, que se mantém estável a uma média de 55,58% entre 1985 e 1989. Fica difícil, desta maneira, afirmar que houve o início da desindustrialização neste período por este critério.

TABELA 7: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (1985/1999)

Anos	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1985	33,30	10,76	54,85
1986	32,57	11,15	55,50
1987	30,59	12,11	56,59
1988	27,85	14,48	56,78
1989	27,77	16,89	54,20
1990	27,84	16,26	54,15
1991	27,63	14,84	56,16
1992	24,67	16,06	57,98
1993	24,29	14,12	60,79
1994	25,39	15,83	57,32
1995	23,59	19,67	54,97
1996	24,92	18,04	55,32
1997	27,31	16,00	55,09
1998	25,38	15,88	57,46
1999	24,64	16,63	56,92

Fonte: MDIC (2016a).

Por meio dos dados e as referências apresentadas, fica evidente que o processo de desindustrialização ocorreu a partir da segunda metade da década de 1980. Ao observar o comportamento da participação dos setores no PIB (Tabela 5), a taxa de crescimento do PIB e indústria de transformação (Tabela 6), juntamente com o processo de abertura comercial iniciado no governo Sarney (Tabela 4), podemos afirmar, com certa margem de certeza, que o ano de 1987 marca o início da desindustrialização no Brasil.

2.3 O GOVERNO COLLOR-ITAMAR E A QUEDA DA INDÚSTRIA (1990/1994)

Em março de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu o cargo de Presidente da República. Seu governo trouxe um novo modelo de desenvolvimento econômico. Baseado em políticas de privatização e abertura econômica (comercial e financeira), em março de 1990, era lançada a nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). Acreditava-se que a indústria nacional era ultrapassada e necessitava da inserção da competição externa para que esta se desenvolvesse. A PICE seria uma forma de incentivo à competição e à competitividade. Foi observado, no entanto, que a competição foi maior que a competitividade (GIAMBIAGI et al., 2011).

Além da PICE, em abril de 1990, foi implementado o Plano Nacional de Desestatização (PND). Suas diretrizes, segundo Giambiagi et al. (2011), eram: 1) reformulação do parque industrial; 2) consolidação da estabilidade econômica; e, 3) redução da dívida pública (por meio da aceitação de títulos como moeda de privatização). No entanto, o PND obteve resultados modestos. A influência da inflação e sua persistência foram responsáveis tanto pela dificuldade de determinar os valores das empresas estatais, quanto por tomarem conta da atenção e dos esforços do governo. Itamar Franco, presidente do Brasil a partir de outubro de 1992, implementou o Plano Real. Foi o plano que conseguiu reduzir a inflação e mantê-la sob certa estabilidade.

Durante os governos Collor e Itamar Franco (1990-1994), a alíquota média de importações sofreu uma queda de 21,12 pontos percentuais. No período em que Collor foi presidente, a alíquota foi de 35,5%, em 1989, para 21,15%, em 1992. Sob Itamar Franco, a alíquota média caiu para 16,5%, em 1993, e para 14,38% em 1994. Por meio do Gráfico 4, podemos observar que a alíquota média das importações cai rapidamente entre 1987 e 1994, estabilizando-se nos anos seguintes.

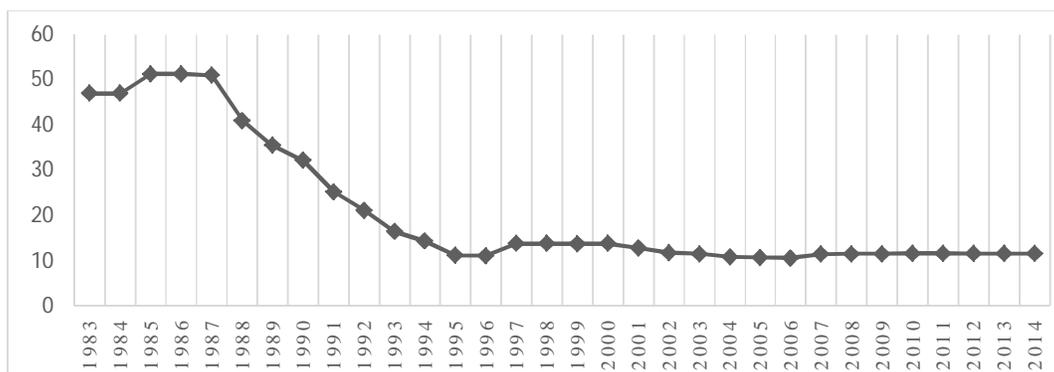


GRÁFICO 4: Brasil - Evolução das alíquotas nominais de importação (1983 a 2014)

Fonte: MDIC (2016b). Elaboração própria.

No governo Collor (1990-1992) e no início do governo Itamar Franco (1992-1994), segundo Kume et al. (2003), foram eliminadas as BNTs (entre elas, a lista negra da CACEX - Carteira de Comércio Exterior) (1991-1993). Na Tabela 5, observa-se uma grande queda na participação da indústria de transformação no PIB em 1990. Este comportamento é resultado da nova metodologia de contas nacionais adotado a partir de 1990. Até 1989, o PIB era calculado utilizando a metodologia a custo de fatores. Na nova forma, as variáveis de 1990 a 1994 estão em termos do Valor Adicionado a preços básicos. Por este motivo, não é possível fazer comparações do período de 1990-1994 com o anterior (até 1989).

No ano de 1990, a indústria de transformação representava 26,54% do PIB, sofrendo uma queda para 24,86% em 1991, recuperando-se em 1992 (26,43%) e 1993 (29,06%), mas sofrendo uma nova queda em 1994 (26,79%). Podemos considerar que houve uma certa estabilidade na participação da indústria de 1990 a 1994.

Na Tabela 6, onde encontram-se as taxas médias de crescimento do PIB e da indústria de 1990/1994, a indústria decresceu em 1990 (taxa de crescimento de -9,46%), assim como o PIB (-4,35%). Ambos se recuperam em 1991 (PIB cresce 1,03% e a indústria 0,15%), mas a indústria continuou atrás. Após um novo período de decréscimo em 1992, quando a indústria (-4,2%) mantém uma taxa de média inferior ao PIB (-0,47%), há recuperação em 1993 e 1994, quando o PIB cresce 4,67% e 5,33%, respectivamente, e a indústria volta a crescer a taxas acima do PIB, respectivamente 9,28% e 8,14%. O crescimento médio do PIB foi de 1,18% neste período, enquanto o crescimento da indústria foi de 0,52%.

Na participação percentual por fator agregado no total das exportações da Tabela 7, os bens manufaturados representavam 54,15% das exportações, enquanto os bens básicos 27,84% em 1990. Em 1991, 1992 e 1993, as manufaturas cresceram para 56,16%, 57,98% e 60,79%, respectivamente. Os bens básicos, caíram para 27,63%, 24,67% e 24,29%. No ano de 1994, houve queda das manufaturas para 57,32%, enquanto os bens básicos voltaram a crescer para 25,39%.

No período de 1990 a 1994 ocorreu o processo de aumento do grau de abertura da economia brasileira. As alíquotas médias de importação foram reduzidas gradualmente no período. Embora tenha havido certa estabilidade na participação da indústria de transformação no PIB, a indústria sofreu recessão ao longo do período, voltando a crescer a taxas acima do produto nacional somente em 1993 e 1994. No entanto, o crescimento médio da indústria foi menor que a metade do crescimento do produto. Este fato é a única evidência observada de um possível

processo de desindustrialização neste período. Porém, ainda foi um fato de grande importância.

2.4 A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO CAMBIAL DO GOVERNO FHC (1995-1999)

O recorte de tempo desta sessão se dá por questões metodológicas. Para o período de 1990-1994, o cálculo do PIB utilizava a metodologia do Sistema de Contas Nacionais (SCN) com referência de 1985. De 1995 até 1999, a referência utilizada é 2000. A mudança de 1994 para 1995, entre outros motivos, ocorre devido à troca da moeda nacional. A série termina em 1999 pois, a partir do ano 2000, a metodologia utilizada é a do SCN com referência de 2010.

No ano de 1995 inicia-se o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O principal objetivo de seu governo foi a manutenção do controle da inflação atingido pelo Plano Real. Parte da estratégia do plano envolvia a sobrevalorização da moeda brasileira frente ao dólar (GREMAUD et al., 2002). A política de valorização da moeda nacional pode ser relacionada ao processo de desindustrialização, devido às suas consequências sobre o setor produtivo de um país:

[...] em uma economia com sobreapreciação cambial, os salários reais elevam-se e a demanda agregada é aquecida no curto prazo. Um aumento dos salários não acompanhado de evolução da produtividade resulta em elevação do custo unitário do trabalho, o que impacta negativamente a rentabilidade dos empresários do setor produtor de manufaturados. Por consequência, o investimento neste último, o qual depende fortemente das expectativas de retornos futuros, também é desestimulado. Este fato inibe as melhorias da produtividade e a própria participação da manufatura no valor adicionado, pois os bens de capital são produzidos pelo citado setor. Assim, o processo enseja reduções ainda maiores da rentabilidade para o empresário do setor manufatureiro. (MARCONI e ROCHA, 2012, p. 863).

Na Tabela 8 se observa o comportamento da taxa média de câmbio anual de 1994 a 2015, bem como a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA). No primeiro mês do Real (julho de 1994) a cotação média do dólar foi de R\$ 0,93. Partindo deste patamar, a moeda estrangeira foi se desvalorizando nominalmente nos meses seguintes, chegando a custar R\$ 0,85 em dezembro de 1994. Assim, entre julho e dezembro de 1994, ocorreu uma valorização nominal da moeda brasileira de 8,6% em relação ao dólar, enquanto a inflação acumulada entre

julho e dezembro de 1994 foi de 18,57%. Desta forma, podemos afirmar que a valorização real da moeda nacional no segundo semestre de 1994 foi de aproximadamente 27%.

Segundo a Tabela 8, no ano de 1994, a taxa média de câmbio anual era de R\$ 0,64 reais para dólar. No entanto, este ano possui problemas metodológicos. Até o final de junho de 1994, a moeda nacional era o Cruzeiro Real e, a partir do dia primeiro de julho, a moeda nacional era o Real. Por este motivo, os valores do câmbio não podem ser analisados de forma precisa, nem é possível comparar o seu valor médio com o ano de 1995. Além disso, o cálculo da variação percentual da taxa de câmbio para os anos de 1994 e 1995 fica prejudicada.

Dadas as circunstâncias do parágrafo anterior, para analisar o ano de 1995, em relação a 1994, utiliza-se a taxa média de câmbio observada em dezembro de cada ano. Em dezembro de 1994, a taxa média de câmbio foi de R\$ 0,85, enquanto a taxa média de câmbio em dezembro de 1995 foi de R\$ 0,97, uma desvalorização nominal de 13,88%. A inflação no ano de 1995, por sua vez, foi de 22,41%. Dado então, a diferença entre a inflação observada (22,4%) e a variação da moeda estrangeira (13,88%), é possível inferir que houve valorização real da moeda brasileira de aproximadamente 8,5% em 1995. Somado à valorização real do segundo semestre de 1994, no final de 1995, a moeda brasileira estava com uma valorização real de cerca de 35%.

TABELA 8: Taxa média de câmbio anual e IPCA(1994/2015)

Anos	Taxa média de câmbio (R\$/US\$)	Taxa de Câmbio - Var. Percentual (%)	IPCA (%)
1994	0,64	-	916,46
1995	0,92	-	22,41
1996	1,01	9,78	9,56
1997	1,08	6,93	5,22
1998	1,16	7,41	1,65
1999	1,81	56,03	8,94
2000	1,83	1,10	5,97
2001	2,35	28,42	7,67
2002	2,92	24,26	12,53
2003	3,08	5,48	9,30
2004	2,93	-4,87	7,60
2005	2,44	-16,72	5,69
2006	2,18	-10,66	3,14
2007	1,95	-10,55	4,46
2008	1,83	-6,15	5,90
2009	2,00	9,29	4,31
2010	1,76	-12,00	5,91
2011	1,67	-5,11	6,50
2012	1,95	16,77	5,84
2013	2,16	10,77	5,91
2014	2,35	8,80	6,41
2015	3,33	41,70	10,67

Fonte: Ipeadata (2016a) e (2016b).

De 1995 para 1996, é possível observar com mais clareza o comportamento do câmbio e da inflação (Tabela 8). Enquanto o câmbio sofreu desvalorização nominal de 9,78%, em 1996, a inflação foi de 9,56%. Um comportamento estável da moeda nacional. Em 1997, a desvalorização nominal da moeda nacional frente à estrangeira foi de 6,93%, enquanto a inflação foi de 5,22%. A desvalorização real da moeda foi de aproximadamente 2%. Em 1998, o câmbio caiu 7,41% e a inflação foi de 1,65%. Desta vez, a desvalorização real da moeda nacional foi de 6%, aproximadamente. Finalmente, em 1999, o câmbio sofreu um *overshooting*², desvalorizou-se 56,03%. A inflação foi de 8,94%. Após o *overshooting*, a moeda nacional ficou desvalorizada em aproximadamente 20%.

Entre 1995 e 1999, a alíquota média de importações (Tabela 4) cresceu 2,66 pontos percentuais. Em 1995, a alíquota era de 11,2%, crescendo para 11,13% em 1996 e 13,81% em 1997. Após manter-se estável em 1998, sofreu uma pequena queda em 1999, quando chegou a 13,79%.

Ao todo, a participação percentual da indústria de transformação no PIB (Tabela 5) caiu 2,5 pontos percentuais entre 1995 e 1999. No início do período, a indústria representava 18,62% do PIB, caindo para 16,12% em 1999.

A taxa de crescimento médio do PIB (Tabela 6), no período, foi de 2,2% a.a., enquanto a taxa de crescimento médio da indústria de transformação foi de 0,1% a.a. A indústria cresceu mais que o PIB em 1995, mas obteve um desempenho inferior nos demais anos. Em 1998 e 1999, sofreu recessão (-4,8% e -1,9%, respectivamente).

A participação das manufaturas nas exportações (Tabela 7) cresceu, entre 1995 e 1999, 1,95 pontos percentuais. Os bens básicos aumentaram sua participação em 1,05 pontos percentuais. Os bens semimanufaturados sofreram queda de 3,04 pontos percentuais.

Segundo os dados observados, no período de 1995 a 1999, a indústria perdeu 2,66 pontos percentuais em sua participação do produto nacional. Além disso, PIB cresceu, em média, 2% a.a. no período, enquanto a indústria cresceu somente 0,1% a.a. Estes dois fatos servem como evidências de um processo de desindustrialização neste período, tendo como principal causa a valorização do real frente ao dólar.

² O termo *overshooting*, apresentado pelo economista alemão Rudi Dornbusch (1976), propõe que a taxa de câmbio deve reagir de forma exacerbada a mudanças na política monetária para compensar a resistência dos preços de atingirem seu valor ótimo.

2.5 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NOS ANOS 2000 (2000-2015)

O IBGE concluiu, no ano de 2015, a implementação da Série do Sistema de Contas Nacionais – Referência 2010. Por este motivo, a partir de 2000, os dados da Tabela 9 (participação percentual setorial no PIB – 2000/2015) apresentaram uma metodologia diferente e uma fonte diferente dos dados da Tabela 5.

Na Tabela 9, se apresenta a participação percentual dos setores no PIB de 2000 a 2015. No setor agropecuário, a participação era de 5,5% do PIB em 2000, cresceu em 2001 para 5,6%. Em 2002 ocorreu novo aumento da participação, que alcançou 6,4%. No ano de 2003, quando o setor atingiu o auge de sua participação, este representava 7,2% do PIB. No ano de 2004, o PIB agropecuário caiu para 6,7%. O setor de serviços sofreu queda em todos os anos entre 2000 e 2004, iniciou em 2000 com 67,7% da participação no PIB e terminando 2004 com 64,7%.

TABELA 9: Participação percentual setorial no PIB (2000/2015)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Indústria de Transformação
2000	5,5	26,7	67,7	15,3
2001	5,6	26,6	67,8	15,4
2002	6,4	26,4	67,2	14,5
2003	7,2	27,0	65,8	16,9
2004	6,7	28,6	64,7	17,8
2005	5,5	28,5	66,0	17,4
2006	5,1	27,7	67,2	16,6
2007	5,2	27,1	67,7	16,6
2008	5,4	27,3	67,3	16,5
2009	5,2	25,6	69,2	15,3
2010	4,8	27,4	67,8	15,0
2011	5,1	27,2	67,7	13,9
2012	4,9	26,1	69,0	12,6
2013	5,3	24,9	69,8	12,3
2014	5,2	24,0	70,8	11,7
2015	5,2	22,7	72,0	11,4

Fonte: IBGE (2016a). Elaboração própria.

No ano de 2000, a indústria de transformação correspondia a 15,3% do PIB. Houve crescimento da participação em 2001 (15,4%), mas, em 2002, ocorreu a queda da participação para 14,5%. Pela Tabela 8, ocorreram dois *overshootings* na taxa de câmbio em 2001 (desvalorização real de aproximadamente 21%) e 2002 (desvalorização real de aproximadamente 12%). Embora a alíquota média de importações (Tabela 4) tenha caído aproximadamente 2 pontos percentuais de 2001 a 2004, em decorrência da taxa de câmbio, a indústria de transformação aumentou sua

participação para 16,9% em 2003 e 17,8% em 2004. Já no setor da indústria, houve uma queda de 2000 até 2002, de 26,7% para 26,4%. Pelos mesmos motivos da indústria de transformação, houve uma recuperação do setor, que chegou a 27,0% do PIB em 2003 e 28,6% em 2004.

A respeito do comportamento das exportações e da agropecuária no período analisado, é necessário observar a importância adquirida pela China na economia brasileira. Segundo Mortatti et al. (2011), o Brasil mantém comércio com a China desde 1949. Na década de 1990, a China ocupava a quarta posição na lista de países que recebiam as exportações brasileiras. Em 2002, passou para a terceira posição (em 2008, alcançou a segunda). As exportações brasileiras para a China representaram 15,4% do total de 1999 até 2003. O crescimento da relação de comércio bilateral entre Brasil e China ocorreu, segundo Mortatti et al. (2011) a dois fatores: 1) A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001; 2) A mudança da política cambial brasileira em 1999 que permitiu flutuação. O saldo positivo do Brasil com a China alcançou seu auge em 2003 (a partir de 2007, a balança comercial se tornou negativa). Enquanto o Brasil importa da China, em sua maioria, produtos com alto valor agregado, nossas exportações têm a predominância de produtos com baixo valor agregado (sobretudo matérias-primas vegetais e minerais) (MORTATTI et al., 2011).

O crescimento da China como parceiro comercial do Brasil teve forte influência no setor agrícola. Após atingir o seu auge em 2003 (7,2% do PIB), o setor agrícola recuou em 2004 (6,7%). Nos anos seguintes (2005 a 2015) o setor representou, em média, de 5,2% do PIB. As exportações de produtos básicos também cresceram gradualmente ao longo dos anos seguintes, como observaremos na Tabela 11 (22,80% do total das exportações em 2000 e 48,67% em 2014). Os demais setores complementam a análise.

Após atingir seu pico em 2004 (17,8%), a indústria de transformação passou a perder participação no PIB anualmente, até atingir 11,4% em 2015. A perda da participação da indústria de transformação, de 2004 a 2015, foi de 6,4 pontos percentuais. O setor dos serviços cresceu 7,3 pontos percentuais no mesmo período e a indústria caiu 5,9, seguindo a indústria de transformação.

De 2004 a 2014, a alíquota média de importações cresceu de 10,83% para 11,61%. Apesar disso, a economia brasileira teve a influência da apreciação do câmbio. A moeda nacional sofreu valorização real de aproximadamente 118% de 2003 a 2011. No ano de 2012 e 2015 (Tabela 8) aconteceram dois *overshooting*. Desvalorização real de aproximadamente 11% no primeiro e de aproximadamente 31% no segundo. De 2012 a 2015, a desvalorização real da moeda nacional foi de 32%, aproximadamente. O comportamento do câmbio até 2011 certamente teve um papel determinante na queda da indústria que, mesmo com a desvalorização cambial a partir de 2012,

continuou caindo. Uma explicação para a persistência do quadro de desindustrialização é que, os efeitos do câmbio na produção industrial levam algum tempo para se manifestarem. Quando analisamos os *overshootings* ocorridos em 2001 e 2002, a indústria somente reagiu em 2003. Portanto, de acordo com esta análise, é esperado que a indústria cresça nos períodos seguintes. No total, de 2003 até 2015, a moeda nacional encontrava-se com uma valorização real aproximada de 94%.

A Tabela 10 apresenta a taxa de crescimento do PIB em comparação à taxa de crescimento da indústria de transformação no período de 2000 a 2015. No período, a indústria de transformação cresceu mais que o PIB apenas nos anos de 2000, 2003, 2004 e 2010. A taxa média de crescimento do PIB foi de 2,91% a.a. e a taxa média de crescimento da indústria de transformação foi de 1,29% a.a. De 2005, quando se inicia a fase de queda da participação da indústria, até 2015, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 2,8% e o PIB da indústria de transformação cresceu a uma taxa média anual 0,08%.

O crescimento médio do PIB superou o da indústria de 2000 a 2015. Porém, a indústria cresceu 1,6 pontos percentuais acima do PIB em 2003 e 3,3 pontos percentuais em 2004. O crescimento nestes anos pode significar uma reação à desvalorização cambial de 2001 e 2002. Após ocorrer valorização real da moeda nacional de 2003 a 2008, em 2009, a moeda sofreu desvalorização real de aproximadamente 4,6%. Além disso, de 2008 a 2010, aconteceu um aumento das alíquotas de importação de 11,49% para 11,64%. Como resultado, podemos ver uma reação da indústria em 2010, que cresce novamente acima do PIB (1,7 ponto percentual).

TABELA 10: Taxa de crescimento do PIB e da indústria de transformação (2000/2015)

Anos	PIB (% a.a.)	PIB - Indústria de transformação (% a.a.)
2000	4,4	5,7
2001	1,4	0,7
2002	3,1	2,1
2003	1,1	2,7
2004	5,8	9,1
2005	3,2	2,2
2006	4,4	1,2
2007	6,1	6,1
2008	5,1	4,1
2009	-0,1	-9,3
2010	7,5	9,2
2011	3,9	2,2
2012	1,9	-2,4
2013	3,0	3,0
2014	0,1	-3,9
2015	-3,8	-9,7

Fonte: IBGE (2016b). Elaboração própria.

Na Tabela 11, encontram-se os dados da participação percentual por fator agregado no total das exportações entre 2000 e 2015. Podemos observar que a participação das manufaturas nas exportações era de 59,05% em 2000. Após sofrer uma queda para 56,61% em 2001 e uma queda para 54,67% em 2002, as manufaturas permanecem estáveis até 2006, com uma média de 54,66%. Em 2007, o valor cai novamente para 52,25%. De 2000 a 2014, as manufaturas perderam 22,76 pontos percentuais. No ano de 2015, as manufaturas recuperaram-se, passando de 36,29% em 2014 para 38,10% do PIB. Os bens básicos perderam espaço, variando de 48,67% em 2014 para 45,60% em 2015. Além disso, as manufaturas reduziram sua importância nas exportações e tornaram-se menores que os bens básicos a partir de 2010. Estes dados corroboram com a hipótese de que houve desindustrialização no período.

TABELA 11: Participação percentual por fator agregado no total das exportações (2000/2015)

Anos	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2000	22,80	15,43	59,05
2001	26,35	14,16	56,51
2002	28,08	14,85	54,67
2003	28,98	14,97	54,26
2004	29,56	13,92	54,88
2005	29,35	13,49	55,06
2006	29,23	14,17	54,44
2007	32,12	13,57	52,25
2008	36,89	13,68	46,82
2009	40,50	13,40	44,02
2010	44,58	13,97	39,40
2011	47,83	14,07	36,29
2012	46,77	13,62	37,46
2013	46,67	12,60	38,73
2014	48,67	12,91	36,29
2015	45,60	13,80	38,10

Fonte: MDIC (2016a).

A evolução dos bens básicos, de 22,80% em 2000 para 48,67% em 2014, deveu-se, dentre outros fatores, ao crescimento da China como parceiro comercial brasileiro, como citado anteriormente. No ano de 2001, ano de entrada da China na OMC, ocorreu um salto na participação dos bens básicos (de 22,80 em 2000 para 26,35% no ano de 2001). Nos demais anos da série, somente em momentos esporádicos (2005, 2006, 2012 e 2013) houveram recuos na exportação de bens básicos.

Destaca-se que em 2010 os bens básicos (44,58%) superaram os produtos manufaturados (39,40%). Seguindo a lógica inversa utilizada na Tabela 3, se em 1979 o Brasil passou a ser

considerado um país industrial, em 2010, o país deixa de ter este título. Após obter certa recuperação em 2012 (37,46%) e em 2013 (38,73%), os bens manufaturados repetem o resultado de 2011 em 2014, representando 36,29% das exportações, enquanto os produtos básicos chegam a 48,67%.

A análise da Tabela 9 evidenciou que, a partir de 2005, a indústria de transformação perdeu sua participação no PIB gradualmente, mantendo a tendência de queda ao longo de toda sua trajetória. Em 2004, no auge da série, o setor representava 17,8% do PIB, chegando a 11,4% em 2015. Nos dados da Tabela 10, a taxa de crescimento da indústria foi inferior a taxa de crescimento do PIB a partir de 2005. Enquanto a média de crescimento do a primeira foi de 0,08%, o segundo foi de 2,8%. Na Tabela 11, a queda da participação das manufaturas nas exportações já havia se iniciado em 2001 e permaneceu ao longo de toda a trajetória da série. As manufaturas foram de 56,51% em 2001 para 36,29% em 2014. Estes resultados corroboram com a hipótese de que ocorreu um processo de desindustrialização no Brasil entre 2005 e o ano de 2015.

2.6 A CONTRADIÇÃO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Vários pesquisadores brasileiros chegaram à conclusão de que o Brasil passou por um processo de desindustrialização. Para Bonelli e Pessôa (2010), até a década de 1980, a economia brasileira possuía um viés em favor da indústria. O comportamento do setor industrial foi considerado destoante da norma internacional para o período anterior a abertura comercial iniciada no final da década de 1980. Os autores acreditam que a perda da participação da indústria ocorre em decorrência da “[...] instabilidade macroeconômica, à liberalização comercial (que em parte corrigiu um padrão de alocação de recursos que se traduzia em estagnação) e, não menos importante, em mudanças estruturais operando a longo prazo na economia global” (BONELLI e PESSÔA, 2010, p. 58). Apesar de não descartarem a possibilidade de existir um processo de desindustrialização e “doença holandesa³”, os autores acreditam que não há evidências suficientes que corroborem com tal hipótese.

Já Cano (2014), afirma que há um processo de desindustrialização. Uma das causas principais apontadas pelo autor é a política cambial estabelecida a partir do Plano Real. O câmbio

³ A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p. 7).

excessivamente valorizado, aliado a alta dos juros reais e a desregulamentação, teria como resultado a perda de competitividade da indústria. Segundo o autor, o processo de abertura comercial seria um dos responsáveis pelo processo de desindustrialização:

Outra razão [para a desindustrialização] resulta da abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989, ainda no governo Sarney, quando ocorre uma primeira investida quanto à proteção que tínhamos sobre as importações. Tal investida ampliou-se sobremodo no governo Collor, em 1990. A terceira foi feita no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, ampliada por nosso ingresso na OMC. Essa desregulamentação manteve-se e assim está até hoje. A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional. (CANO, 2014, p. 16).

Na análise de Oreiro e Feijó (2010), a ocorrência de um processo de desindustrialização entre 1986 e 1998 é sustentada por evidências conclusivas. Embora seja possível distinguir o processo de desindustrialização até 1998, as causas do processo se tornam divergentes, na medida em que ainda não se esgotou o debate sobre a hipótese desse fenômeno estar ocorrendo de forma natural, como parte de um estágio do desenvolvimento brasileiro, ou como consequência da política macroeconômica. No período de 1999 em diante, em razão da mudança de metodologia das contas nacionais ocorrida em 2007, há dificuldade de afirmar que houve desindustrialização. No entanto, os autores afirmam que “[...] estudos recentes a respeito da composição do saldo comercial brasileiro e da composição do valor adicionado da indústria brasileira mostram sinais inquietantes da ocorrência de doença holandesa” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 1). Feijó et al. (2005) apontam que o processo de desindustrialização tem causas diferentes do final dos anos 1980 e no período pós Plano Real:

No Brasil, de fato, houve um retrocesso muito intenso da indústria no PIB, sendo que esse processo teve início anteriormente à abertura e à aplicação das políticas dos anos 1990. A queda da participação da indústria foi iniciada já nos anos 1980, como decorrência da crise inflacionária vivida pelo país e das políticas de contenção que foram aplicadas para combater a recorrente ameaça de hiperinflação que se apresentou ao longo de toda a década. O processo teve seguimento nos anos 1990, prolongando-se até 1998, agora, sim, como resultado propriamente das políticas que caracterizaram aquela década. Nesta época, foi

promovida uma abertura com muitas falhas e uma deliberada sobrevalorização da moeda nacional que somente seria revertida com a maxidesvalorização do Real em 1999. É muito importante sublinhar que o processo de perda do peso da indústria no PIB somente mostraria sinais de estancamento com a referida desvalorização do Real em 1999. (FEIJÓ et al., 2005, p. 4).

O debate sobre a ocorrência ou não da doença holandesa não se esgotou na literatura. No entanto, Bresser-Pereira e Marconi (2008) encontraram indícios do processo de desindustrialização causado pela doença holandesa. Os dados apontados pelos autores trazem fortes evidências para confirmar este fenômeno:

a) há uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações (mais intenso para as commodities, de 188% na comparação entre 2002 e 2007, que para os manufaturados, de 140% no mesmo período); b) a balança comercial das commodities, ou produtos que geram a doença holandesa, evoluiu positivamente após 1992, enquanto a dos manufaturados (ou produtos que sofrem os efeitos da doença holandesa) sofreu uma retração no mesmo período; c) a evolução da balança comercial de commodities evoluiu de forma desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo; d) os preços e quantum das exportações de commodities cresceram mais que os dos manufaturados; e) houve um aumento da participação das commodities no valor adicionado total; e f) ainda que não tenha havido uma redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado total da economia, devido à queda que ocorreu na participação dos não-comercializáveis na renda nacional, se consideramos apenas o valor agregado total de bens comercializáveis, houve uma substancial diminuição da participação dos manufaturados comercializáveis. (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p. 17-18).

Além dos indícios acima, o crescimento do PIB da indústria nacional foi inferior ao crescimento do PIB industrial dos outros países em desenvolvimento. Segundo os autores, a comparação não se extingue no nível de industrialização de países como a Coreia do Sul contra o nível de industrialização brasileiro. O setor de alta tecnologia da indústria não demonstra avançar mais e vem crescendo abaixo da indústria em geral:

No momento, uma mudança no cenário atual, no qual a taxa de câmbio se encontra sobrevalorizada, é fundamental para evitar uma redução na participação dos setores com maior conteúdo tecnológico no valor adicionado da indústria, pois estes são os que reúnem melhores condições para gerar encadeamentos produtivos, rendimentos de escala crescentes e externalidades positivas para os demais setores da economia e possibilitar um movimento consistente de crescimento da renda per capita do país. (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p. 18).

No entanto, existem autores que não aceitam a ideia da desindustrialização brasileira. Nassif (2008), avaliou que, depois de 1985, a queda da participação da indústria do PIB ocorreu em meio a retração da produtividade do trabalho e crise econômica. De 1991 a 1998, houve manutenção do peso da indústria e a produtividade do trabalho passou por recuperação. Entretanto, a formação bruta de capital sofreu queda. Após 1999, ocorreu novamente a queda da produtividade e a manutenção das baixas taxas de investimento. O autor conclui:

Portanto, o período de 1990 até o presente não pode ser qualificado como de "desindustrialização". Apesar das baixas taxas de crescimento médias anuais do PIB brasileiro entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica conseguiu manter um nível de participação médio anual da ordem de 22% no período, praticamente o mesmo percentual observado em 1990. Nos últimos anos, houve um ligeiro aumento dessa participação, chegando a 23% em 2004. (NASSIF, 2008, p. 1).

Nassif (2006) também descarta a possibilidade de ter ocorrido uma nova doença holandesa no Brasil. Em seu estudo, não houve evidência de uma realocação generalizada de fatores produtivos para a indústria baseada em recursos naturais. Feijó et al. (2005) apontam para diversas evidências que corroboraram com a hipótese de que ocorreu um processo de desindustrialização no Brasil. No entanto, discutem a respeito da diversificação mantida pela indústria brasileira. Embora o país tenha perdido alguns elos decisivos em sua cadeia produtiva, preservou setores com tecnologia de ponta e potencial exportador. Em sua análise, os autores fazem uma adaptação do termo "desindustrialização", uma vez que o caso do Brasil demonstra ter ressalvas à definição usual do fenômeno:

Não houve, portanto, uma desindustrialização no sentido de perda irreparável na estrutura industrial do país e em sua capacidade dinâmica. Significa que a

indústria no país conserva requisitos para reerguer-se e reintegrar-se com maior plenitude nas atuais tendências de industrialização dos países de maior dinamismo industrial. Diante das observações acima, julgamos mais conveniente qualificar a desindustrialização ocorrida no Brasil como “relativa”. (FEIJÓ et al., 2005, p. 1-2).

Outra crítica importante a respeito do estudo da desindustrialização é a dificuldade de se definirem indicadores eficientes para demonstrar sua ocorrência. TORRES e SILVA (2015) apresentam uma análise aprofundada de dois dos principais indicadores da desindustrialização. O primeiro indicador analisado é a participação do valor adicionado da indústria no PIB. Este indicador é enviesado por dois fatores: mudanças metodológicas sofridas pela série; e mudanças organizacionais ocorridas na indústria. Em 1989-1990 e 1994-1995 ocorrem as duas principais revisões e modernizações do Sistema de Contas Nacionais (SCN). A descontinuidade das séries, diante das mudanças metodológicas, torna difícil a avaliação da importância da indústria. Sendo a desindustrialização um processo estrutural, é necessária uma análise de longo prazo. No entanto, os dados disponíveis permitem uma análise a partir de 1995, um período que não tem uma tendência clara do comportamento industrial.

Outro indicador amplamente utilizado é o grau de adensamento das cadeias produtivas, aferido a partir da razão do valor da transformação industrial pelo valor bruto da produção industrial (VTI/VBPI). VBPI corresponde ao valor das vendas de produtos industriais fabricados e serviços industriais prestados pela indústria ajustado pela variação de estoques. VTI é a diferença entre o VBPI e os custos das operações industriais (COI – valor dos custos diretamente envolvidos na produção). VTI/VBPI é a parcela da produção nacional que corresponde ao valor de fato agregado pela produção local em comparação ao total produzido. Quanto menor o VTI/VBPI, menor é a geração de valor da atividade industrial. No entanto, o indicador não expressa de forma precisa a ideia à que se propõe. Primeiro, foi detectado uma sensibilidade do indicador a variações na taxa de câmbio. Por outro lado, o indicador não é capaz de mostrar a densidade das indústrias quando comparadas intersetorialmente. A qualidade dos indicadores pode ser decisiva para concluir a ocorrência do fenômeno:

[...] raramente os trabalhos avaliam criticamente os indicadores usuais de desindustrialização, o que leva, conseqüentemente, a interpretações controversas sobre o tema. Possivelmente, as conclusões seriam outras, caso tais indicadores fossem questionados. De fato, como foi mostrado, um dos indicadores mais utilizados no debate da desindustrialização – a participação do produto industrial

no PIB – tem sua trajetória fortemente influenciada por mudanças metodológicas nas Contas Nacionais elaboradas pelo IBGE, de forma que sua série somente pode ser analisada com comparabilidade apropriada a partir de 1995. (TORRES e SILVA, 2015, p. 15).

Assim sendo, segundo a análise dos autores, é difícil afirmar com uma boa margem de certeza se ocorreu de fato desindustrialização no Brasil depois de 1995. Seu estudo conclui que é necessário um refinamento das metodologias utilizadas e, principalmente, maior consistência da estatística:

O Brasil estaria passando por um processo de perda de sua estrutura produtiva industrial após a abertura econômica no início dos 1990 e a adoção de um regime macroeconômico pautado em juros altos com conseqüente valorização cambial? É difícil responder essa questão com as estatísticas disponíveis, mas isso não significa que tal tarefa seja impossibilitada. Portanto, esforços de avaliação crítica dos atuais indicadores e elaboração criativa de novas medidas devem ser conduzidos pelos estudiosos, dada a relevância do tema para a sociedade brasileira. (TORRES E SILVA, 2015, p. 15).

Embora haja discordância a respeito da ocorrência do processo de desindustrialização como definida na literatura, é consenso entre os autores que investigam o tema de que é necessário se manter vigilante. O setor industrial é um dos mais importantes da economia nacional e demanda atenção das autoridades e dos economistas. Sua capacidade de transmitir seus ganhos aos demais setores da economia faz com que seja indispensável manter seu desempenho de acordo com as necessidades do país. Assim como abordado por Prebisch (2000a, 2000b, 2000c), a indústria permite a países em desenvolvimento aumentarem sua resistência a ciclos econômicos e reduzirem sua independência às demais nações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do setor industrial é indiscutível. A confirmação de seu dinamismo na literatura é de grande importância para o debate da desindustrialização, pois permite compreender a dimensão do problema que o fenômeno pode causar. Este pode ocorrer em diferentes circunstâncias. A redução da participação do emprego da indústria na economia pode ser positiva, quando ocorre de forma natural e em decorrência da alta produtividade do setor. Também é possível que a desindustrialização seja negativa, quando é resultado da dificuldade do setor industrial de manter-se competitivo no mercado. Neste caso o fenômeno é acompanhado de desemprego. Outra forma em que a indústria perde sua importância é quando existe um incentivo do setor externo à produção de bens e serviços alheios aos industriais. Desta maneira, é preciso conhecer as peculiaridades da região onde o fenômeno ocorre para que o tipo de desindustrialização seja identificado.

Embora o tema da desindustrialização seja recorrente na literatura, não há consenso a respeito de sua definição. Autores discutem se o fenômeno é melhor definido pela queda persistente do emprego no setor industrial, se é o produto industrial que é mais importante ou se é uma combinação destes dois fatores. Além das dificuldades conceituais, há, no caso brasileiro, uma grave descontinuidade na metodologia de cálculo dos dados das contas nacionais. É difícil delinear um processo de longo prazo como a desindustrialização nestas circunstâncias.

Apesar das dificuldades impostas pelas divergências metodológicas, este trabalho analisou o caso brasileiro. Foi possível observar, por meio da análise dos dados entre 1947 e 2015, que a industrialização é um fato no Brasil desde a segunda metade da década de 1940 até o final da década de 1980. Enquanto a participação do produto industrial no PIB teve o auge em 1985, a taxa de crescimento da indústria mostrou que 1980 foi o limite do processo industrializador. As exportações mostraram que as manufaturas mantiveram grande importância até 1988. A desindustrialização, por sua vez, apresentou seus primeiros sinais a partir da segunda metade da década de 1980, tendo o ano de 1987 como um marco de seu início. De 1990 a 1994, com a intensificação da abertura da economia brasileira, o setor industrial começou a sofrer recessão e a crescer menos que o PIB. O agravamento deste quadro, observado no decorrer dos anos seguintes, contribuiu fortemente para a confirmação do processo de desindustrialização do Brasil.

Frente aos resultados deste trabalho, é evidente que os formuladores de políticas públicas devem se aprofundar no tema aqui apresentado. A inconsistência dos dados deve ser remediada, visando o enriquecimento dos estudos. O fenômeno da desindustrialização, bem como suas

implicações, necessita de atenção, pois ele pode dizer muito a respeito da saúde econômica do nosso país. Dos anos 2000 até 2015, a indústria tem mostrado sinais de retração. As verdadeiras implicações deste movimento são ainda inconclusivas, frente à carência de continuidade dos dados e a inexistência de um consenso a respeito da melhor metodologia para estudo dos mesmos. Nossa contribuição foi justamente propor e usar um método de análise da desindustrialização pelas mesmas variáveis mais amplamente utilizadas para caracterizar a industrialização, com evidências, embora não absolutamente conclusivas, da desindustrialização no segundo período.

REFERÊNCIAS

- BONELLI, Regis. Industrialização e Desenvolvimento (notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil). In: Seminário “**Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**”. São Paulo, SP, FIESP, 28 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. **Texto para discussão nº 7**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016
- CANO, Wilson. (Des) Industrialização e (Sub) Desenvolvimento. **Texto para Discussão**. IE/Unicamp, Campinas, n. 244, set. 2014. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3368&tp=a>>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3235&tp=a>>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flavio Benevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 33, nº 3 (132), pp. 463-485, julho-setembro/2013.
- DORNBUSCH, Rudiger. Expectations and exchange rate dynamics. **Journal of Political Economy**, v. 84, p. 1161-76, Dec. 1976. Disponível em: <<http://www.mit.edu/~14.54/handouts/dornbusch76.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- FEIJÓ, Carmen Aparecida; CARVALHO, Paulo Gonzaga de; ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: IEDI, 2005. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- FISHLOW, A. “Origens e consequências da substituição de importações no Brasil” in Versiani, F.R. e Barros, J.R. **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**, São Paulo, Saraiva, 1977.
- GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- GREMAUD, Amaury Patrick. VASCONCELLOS, Marco Antonio; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores IBGE – julho/setembro 2015. Disponível em: <<http://migre.me/sJOyb>>. Acesso em: 11 jan. 2016a.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Tabelas Completas (Taxa acumulada ao longo do ano). Disponível em: < <http://migre.me/sJOzq>>. Acesso em: 11 jan. 2016b.

IPEADATA. **PIB** – agropecuária – referência 2000 (% PIB). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (a).

IPEADATA. **PIB** – indústria – referência 2000 (% PIB). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (b).

IPEADATA. **PIB** – serviços – referência 2000 (% PIB). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (c).

IPEADATA. **PIB** – indústria de transformação – referência 2000 (% PIB). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (d).

IPEADATA. **PIB** - preços de mercado - var. real anual - ref. 2000 - (% a.a.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (e).

IPEADATA. **PIB** - indústria - transformação - var. real - ref. 2000 - (% a.a.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016 (f).

IPEADATA. **Taxa de câmbio comercial para venda**: real (R\$) / dólar americano (US\$) - média. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2016 (a).

IPEADATA. **Inflação**: IPCA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2016 (b).

KUME, Honório; PIANI, Guida; BRÁZ DE SOUZA, Carlos Frederico. **A Política Brasileira de Importação no Período 1987-1998: Descrição e Avaliação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_1_politica.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

LESSA, Carlos. **15 anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3236&tp=a>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

MDIC. **Exportação brasileira por fator agregado**: 1964 a 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2016 (a).

MDIC. **Brasil - Evolução das alíquotas nominais de importação (1983 a 2014)**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2016 (b).

MORTATTI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, vol. 15, n. 2 abr.-jun. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v15n2/v15n2a07.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28 n.1 jan-mar. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004>>. Acesso em: 20 abr. 2016

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr.-jun. 2010. Disponível em: < <http://ref.scielo.org/dvz5bw>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWISKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, vol. 1, 2000a.

PREBISCH, Raúl. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWISKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, vol. 1, 2000b.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWISKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, vol. 1, 2000c.

ROWTHORN, Robert e WELLS, John R. The Structure of Employment and Its Evolution: The Theory of De-industrialization. **De-industrialization and Foreign Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. **Growth, trade and deindustrialization**. Washington, DC: International Monetary Fund (IMF Staff Papers, v. 46, n. 1), 1999. Disponível em: < <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWISKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, vol. 1, 2000.

TORRES, Ricardo Lobato; SILVA, Henrique Cavalieri da. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista Economia Política**, São Paulo, vol. 35, n. 4. oct-dec. 2015. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i8-5033012422c5212f0f02dcf0a55176d7.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TREGENNA, Fiona. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, vol. 33 (3), p. 433-466, 2009.

VIEIRA, Flávio Vilela; AVELLAR, Ana Paula; VERÍSSIMO, Michele Polline. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 34, nº 3 (136), pp. 485-502, jul.-set. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n3/v34n3a08.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.